

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA NATUREZA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

BRUNA CRISTINA BORGES DOS SANTOS

**O MEIO AMBIENTE E NATUREZA: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE RIO
BRANCO- ACRE**

RIO BRANCO

2025

BRUNA CRISTINA BORGES DOS SANTOS

**O MEIO AMBIENTE E NATUREZA: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE RIO
BRANCO- ACRE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM) da Universidade Federal do Acre (UFAC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Ensino de Ciências e Matemática

Linha de Pesquisa: Ensino e Aprendizagem em Ciência e Matemática.

Orientador: Dr. Pierre André Garcia Pires

RIO BRANCO

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S237m Santos, Bruna Cristina Borges dos, 1988 -

O meio ambiente e natureza: percepções de estudantes da educação de jovens e adultos de uma escola do município de Rio Branco- Acre / Bruna Cristina Borges dos Santos; orientador: Prof. Dr. Pierre André Garcia Pires. – 2026.

75 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM). Rio Branco, 2025.

Inclui bibliografia e apêndice.

1. Educação ambiental. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Meio ambiente. I. Pires, Pierre André Garcia (orientador). II. Título.

CDD: 510.7

AGRADECIMENTO

Vim, vi, venci" é a tradução da expressão em latim "Veni, vidi, vici". É uma frase atribuída ao imperador romano Júlio César, que a teria usado em uma carta ao Senado Romano em 47 a.C.

Agradeço a Deus por ter me ajudado e dado forças e atendido minhas orações para cursar o Mestrado, pois dele tem sido toda a graça e bondade durante a minha jornada.

A minha mãe Maria Auxiliadora Borges dos Santos (in memorian) que me ensinou valores e princípios que levarei para sempre, ao meu pai José Brasileiro Borges e ao meu irmão Elivan dos Santos Pereira e em especial as minhas tia Maria Carmélia Borges dos Santos e Josernita Novais da Rocha Borges e aos meus padrinhos Marcus Vinicius da Silva Amorin e Ivanilda da Silva Souza que estão ao meu lado em todos os momentos

E também ao diretor Vítor José Farias da Silva da escola Heloisa Mourão Marque que incentivou a entrada no mestrado e modificou os horários para que pudesse estudar no MPECIM.

Agradeço aos meus colegas do mestrado e a coordenação do MPECIM.

Além do meu orientador Dr. Pierre André Garcia Pires que teve paciência e toda presteza comigo.

A *booktuber* Isabella Lubrano que passou em seu canal "Ler antes de Morrer" a resenha sobre o livro Chico Mendes: crime e castigo do jornalista Zuenir Ventura que despertou meu olhar para área ambiental em especial para a Educação Ambiental.

.Ao João Ciriaco de Souza por ter realizado meu sonho de infância de ter me ensinado a escrever e a ler. É difícil agradecer por algo, quando não há um conjunto de palavras que comportem a imensidão do agradecimento. A todos que direta e indiretamente contribuíram com meu projeto de vida.

Ao Isley Honorato, amigo de turma, por ter colaborado com meu trabalho.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade formal de ensino voltada àqueles que, em algum momento de suas vidas, não tiveram a oportunidade de acessar a educação em uma faixa etária apropriada, ou que, por diversas razões, interromperam seus estudos. Esse cenário evidencia a importância de que o processo educativo seja desenvolvido através de metodologias que levem em consideração as singularidades dos participantes. De maneira geral, os alunos da EJA buscam a educação como um meio de promover seu desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, a reintegração desse público ao ambiente escolar se dá com o objetivo de alcançar novas oportunidades de trabalho ou melhorar suas condições de vida, que frequentemente se mostram desafiadoras. Portanto, compreender quem são esses estudantes, suas formas de pensar e as percepções cognitivas que constroem sobre os objetos de conhecimento, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, são aspectos centrais deste estudo. A pesquisa apresenta como objetivo geral: Investigar o processo de ensino aprendizagem sobre meio ambiente na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos que os alunos da EJA I de uma escola estadual em Rio Branco, Acre, possuem sobre meio ambiente e natureza, utilizando os referenciais teórico-metodológicos de Reigota (2007), Tamaio (2002) e Moscovici (1972). Para isso, foi empregada a técnica de produção de desenhos livres, permitindo a evocação “natural” dessas representações. A análise dos dados foi realizada sob uma perspectiva qualitativa. Observou-se que a maioria dos desenhos refletia uma visão naturalista, pautada na percepção do meio ambiente como um espaço harmonioso, mesmo que com elementos que indicavam a influência das ações humanas. Assim, foram estabelecidos objetivos específicos, como (i) descrever as categorias de classificação das representações sobre meio ambiente e natureza e tipos de meio ambiente; (ii) identificar as representações sociais dos alunos da EJA acerca de meio ambiente e natureza (iii) Elaborar um produto educacional intervencionista para capacitar educadores da EJA I, visando proporcionar aos alunos uma compreensão acerca do meio ambiente e da natureza. (iv) Elaborar proposições de ações pedagógicas que contribuam para a ressignificação das visões de mundo dos alunos da EJA no que se refere ao meio ambiente e à natureza. E assim, visando proporcionar aos alunos uma compreensão mais profunda e significativa acerca do meio ambiente e da natureza. Com a intenção de enriquecer a compreensão sobre as percepções predominantes, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: de que maneira as representações sociais dos participantes sobre meio ambiente e natureza poderiam estimular a proposição de ações pedagógicas que ajudem os professores da EJA a transformarem as visões de mundo desses alunos? A pesquisa foi conduzida com base em um método qualitativo, tendo como sujeitos os 18 alunos da EJA do terceiro segmento da média etapa I da Escola de Ensino Fundamental e Médio Immanuel Kant no município de Rio Branco, Acre. Para a análise dos desenhos, foram utilizadas categorias relacionadas ao meio ambiente e à natureza, fundamentadas em Reigota (2007) e Tamaio (2002), assim como o conceito de representações sociais conforme delineado por Moscovici (1978). Foi possível observar que as representações sociais sobre meio ambiente são moldadas tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, influenciadas pela relação dos sujeitos com o mundo do trabalho e pelas informações que circulam nas mídias digitais e televisivas. Portanto, esta pesquisa revelou que os referenciais das percepções sociais sobre meio ambiente e a Educação de Jovens e Adultos podem se entrelaçar como caminhos metodológicos para um ensino que favoreça uma compreensão mais aprofundada sobre as visões que se têm acerca do meio ambiente e da natureza, reconhecendo que essas representações não constituem um consenso em relação a tais conceitos. Foi essencial perceber que existem relações complexas na construção dos significados expressos pelos sujeitos. Como produto educacional, elaborou-se uma Sequência Didática voltada a professores da EJA, visando promover uma compreensão crítica e profunda sobre a temática ambiental.

Palavras-chaves: Educação ambiental. Meio ambiente. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) represents a formal teaching modality aimed at those who, at some point in their lives, did not have the opportunity to access education at an appropriate age, or who, for various reasons, interrupted their studies. This scenario highlights the importance of the educational process being developed through methodologies that take into account the singularities of the participants. In general, EJA students seek education as a means to promote their personal and professional development. Thus, the reintegration of this audience into the school environment takes place with the objective of achieving new employment opportunities or improving their living conditions, which are often challenging. Therefore, understanding who these students are, their ways of thinking, and the cognitive perceptions they construct about objects of knowledge, both in the school environment and outside it, are central aspects of this study. The research presents as a general objective: To investigate the teaching-learning process about the environment in the Youth and Adult Education modality that EJA I students from a state school in Rio Branco, Acre, have about the environment and nature, using the theoretical-methodological references of Reigota (2007), Tamaio (2002), and Moscovici (1972). For this purpose, the technique of free drawing production was employed, allowing the "natural" evocation of these representations. Data analysis was conducted from a qualitative perspective. It was observed that the majority of drawings reflected a naturalistic view, based on the perception of the environment as a harmonious space, even with elements indicating the influence of human actions. Thus, specific objectives were established, such as (i) describing the classification categories of representations about the environment and nature and types of environment; (ii) identifying the social representations of EJA students about the environment and nature; (iii) developing an interventionist educational product to train EJA I educators, aiming to provide students with an understanding of the environment and nature; (iv) elaborating propositions of pedagogical actions that contribute to the reframing of EJA students' worldviews regarding the environment and nature. And thus, aiming to provide students with a deeper and more meaningful understanding of the environment and nature. With the intention of enriching the understanding of predominant perceptions, the following research question was formulated: in what way could the social representations of participants about the environment and nature stimulate the proposition of pedagogical actions that help EJA teachers transform these students' worldviews? The research was conducted based on a qualitative method, with 18 EJA students from the third segment of the middle stage I of Immanuel Kant Elementary and Secondary School in the municipality of Rio Branco, Acre, as subjects. For the analysis of drawings, categories related to the environment and nature were used, grounded in Reigota (2007) and Tamaio (2002), as well as the concept of social representations as outlined by Moscovici (1978). It was possible to observe that social representations about the environment are shaped both within and outside the school environment, influenced by the subjects' relationship with the world of work and by information circulating in digital and television media. Therefore, this research revealed that the frameworks of social perceptions about the environment and Youth and Adult

Education can intertwine as methodological paths for teaching that favors a deeper understanding of the views held about the environment and nature, recognizing that these representations do not constitute a consensus regarding such concepts. It was essential to perceive that there are complex relationships in the construction of meanings expressed by the subjects. As an educational product, a Didactic Sequence was developed aimed at EJA teachers, seeking to promote a critical and deep understanding of environmental issues.

Keywords: Environmental education. Environment. Youth and Adult Education.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – SUJEITOS DA PESQUISA

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I – CARD DA EJA

IMAGEM II, III, IV – ALUNOS DESENHANDO SOBRE O QUE É O MEIO AMBIENTE

IMAGEM V, VI, VII – CURSO SOBRE MEIO AMBIENTE

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I: ÁRVORES E PÁSSAROS

FIGURA II, III, VI: ÁRVORES E PÁSSAROS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
SEÇÃO I- ELEMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PERCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE NO BRASIL E NO ACRE	18
1.1 – O Contexto da EA no Brasil	18
1.2 – O Contexto da EA no Estado do Acre	23
1.3 - A concepção de Meio ambiente e Educação Ambiental.....	27
SEÇÃO II- EJA NO BRASIL E NO ACRE	30
2.1 - EJA no Brasil	30
2.2 - EJA no Acre	33
2.3 - A proposta curricular para a EJA no Acre	38
SEÇÃO III- O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	41
3.1 - Abordagem Qualitativa: Concepção Teórico-Metodológica	41
3.2 - Tipo de Estudo e a Contextualização do Campo de Pesquisa	43
3.3 – Pesquisa de Campo	43
3.4- Os Sujeitos da Pesquisa	44
3.5 - Os Instrumentos de Coleta e de Análise de Dados	47
SEÇÃO IV-MAPEAMENTO SOBRE MEIO AMBIENTE E NATUREZA E A EJA ...	49
SEÇÃO V- RESULTADOS E A ANÁLISE DOS DADOS EXPRESSOS PELOS SUJEITOS	57
5.1- Categorização e Análise dos alunos da área de Ciências	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67

APENDICES

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento histórico da educação brasileira, iniciado no período colonial sob influências jesuíticas, evoluiu de um modelo tradicional voltado à manutenção do *status quo* para um sistema moldado por diversas reformas e Leis de Diretrizes e Bases. Paralelamente, a questão ambiental emergiu de uma visão produtivista nos anos 30 para uma conscientização global e jurídica nas décadas de 80 e 90, consolidando-se na Constituição de 1988 e na Rio-92. Atualmente, esse cenário é definido pelo embate entre a Educação Ambiental conservadora, de caráter técnico e apolítico, e a perspectiva crítica e transformadora, que compreende o meio ambiente como um campo de forças sociais e políticas essencial para a emancipação do sujeito.

No contexto acreano, essa trajetória é marcada pela herança ancestral indígena e pelo impacto mundial do ativismo de Chico Mendes, que fundamentaram políticas estaduais pioneiras de preservação e ensino interdisciplinar, embora ainda persistam desafios pedagógicos no plano decenal atual. Essa realidade se cruza com a evolução da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que transitou entre o caráter funcional do MOBRL e a pedagogia libertadora de Paulo Freire. Hoje, a EJA busca integrar a qualificação profissional e a inclusão social através de programas como o PROEJA e o PRONERA, enfrentando entraves estruturais como a evasão e a escassez de recursos para efetivar o direito à educação plena e sustentável.

Agora peço licença aos leitores para falar brevemente sobre minha trajetória pessoal e profissional, tive uma alfabetização tardia, na década de 90, estudei com o meu vizinho João, que oferecia aulas particulares pelo valor de dez reais — uma quantia significativa para a época. Graças ao esforço da minha mãe, que vendia salgados em escolas, pude estudar e aprender a ler. Naquele período, a ausência do nome do meu pai em meu registro era motivo de grande sofrimento e vergonha, alimentada por comentários de familiares e colegas que afirmavam que eu não tinha pai.

Durante o Ensino Médio na Escola Alcimar Nunes Leitão, vivenciei um contexto familiar complexo devido às recorrentes internações hospitalares de minha

genitora, diagnosticada com transtornos psiquiátricos que culminaram em sua aposentadoria por invalidez junto ao INSS. Apesar da instabilidade doméstica, em 2004, ingressei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-Jr). Atuei como bolsista de meio período no desenvolvimento de projetos voltados à formação de jovens cientistas, prestando suporte a pesquisadores na área de Ciências da Natureza.

Iniciei minha trajetória acadêmica como bolsista sob a orientação da Dr^a. Anelise Regiani e, posteriormente, do Dr. Ilmar Graebner, ambos docentes da Universidade Federal do Acre (UFAC). As atividades de pesquisa concentravam-se na produção de biodiesel, tema que apresentava forte convergência com as políticas de desenvolvimento sustentável fomentadas pelo governo estadual à época. Por questões de saúde (restrições respiratórias), redirecionei minhas atividades técnicas para a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), onde colaborei com a pesquisadora Ana Paula Vilela de Aragão.

Em 2007, ingressei no curso de Licenciatura Plena em Química pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Durante o primeiro ano da graduação, embora não tenha atuado como bolsista, demonstrei particular interesse pela disciplina de Educação Ambiental, motivado pela metodologia de ensino aplicada. Contudo, direcionei minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a área de Ensino de Química, com foco específico no tema 'Ensino de Soluções', visando investigar estratégias didáticas para essa temática.

Concluí a graduação em 2012 e, inicialmente, atuei sob regime de contrato temporário na rede pública de ensino. Em 2013, fui aprovada em 8º lugar no processo seletivo simplificado da Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEE/AC). No ano subsequente, em 2014, obtive a 6ª colocação no concurso público para o cargo efetivo de docente na disciplina de Química, sendo lotada na Escola Estadual Lourival Sombra, onde iniciei o exercício de minhas funções.

Em 2015, concomitantemente ingressei no curso de Direito na Uninorte, em seguida, fui diagnosticada com Transtorno Afetivo Bipolar (TAB). Durante o período de estabilização terapêutica e ajuste medicamentoso, contei com o suporte de rede familiar. Devido ao quadro clínico, houve a necessidade de readaptação das minhas funções laborais na Escola Clarice Fecury; fui remanejada para a biblioteca escolar,

onde o contato direto com o acervo literário despertou um profundo interesse pela leitura e pelo conhecimento.

Ao longo de minha atuação docente nas escolas estaduais Henrique Lima (2016) e Heloísa Mourão Marques (2018), desenvolvi um estudo autodidata em literatura contemporânea e regionalista. O contato com a obra de Zuenir Ventura sobre Chico Mendes despertou uma nova perspectiva sobre a Educação Ambiental, direcionando meus esforços para a pós-graduação *stricto sensu*. Atualmente, desempenho minhas funções docentes na Escola Estadual de Ensino Médio Heloísa Mourão Marques, situada no município de Rio Branco, Acre.

Sendo assim, a constituição Federal promulgada em 1988 prevê no art. 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, p. 271). Com isso, o meio ambiente tornou-se direito fundamental do cidadão, cabendo tanto ao governo quanto a cada indivíduo o dever de resguardá-lo.

Para que ocorram as medidas previstas na constituição é necessária a construção de uma Educação Ambiental (EA), no intuito de que na formação básica e acadêmica dos cidadãos, possam adquirir conhecimento e se conscientizar quanto a utilização adequada do meio ambiente. O discente deverá saber dos problemas ambientais e propor medidas a serem adotadas para a preservação e exploração de modo sustentável do meio ambiente.

Portanto, Loureiro (2021) ressalta que a Educação Ambiental Crítica (EAC) é bastante complexa em seu entendimento de natureza, de sociedade, de ser humano e de educação, exigindo amplo trânsito entre ciências (sociais ou naturais) e filosofia, dialogando e construindo “pontes” e saberes transdisciplinares. Desse modo, implica igualmente no estabelecimento de movimento para agirmos-pensarmos sobre elementos micro (currículo, conteúdos, atividades extracurriculares, relação escola-comunidade, projeto político pedagógico etc.) e sobre aspectos macro (política educacional, política de formação de professores, relação educação-trabalho-mercado, diretrizes curriculares e etc.).

Nessa perspectiva que ensejamos a prática da EA na sociedade e no ensino de ciências da natureza capaz de promover trocas entre os saberes, fomentando a interdisciplinaridade, a transversalidade e a multidisciplinaridade, na discussão dos temas ambientais mais preocupantes em nosso país (Miranda, 2018).

O conceito de *Interdisciplinaridade* segundo Libâneo (1994) é um processo de ensino se caracterizando pela combinação de atividades do professor e dos alunos, ou seja, o professor dirige o estudo das matérias e assim, os alunos atingem progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais. É importante ressaltar que o direcionamento do processo de ensino necessita do conhecimento dos princípios e diretrizes, métodos, procedimentos e outras formas organizativas. Já a *Transversalidade* consiste em contextualizar os conteúdos e resgatar a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens, causas, consequências e significações, ampliando as possibilidades do aluno de se tornar um cidadão leitor. *Multidisciplinaridade* várias matérias falam do mesmo tema, mas cada uma no seu quadrado, sem conversa (Ex: O professor de Química fala de poluição e o de História fala de Revolução Industrial, mas não se planejam juntos).

Contudo, havendo ainda, necessidade da modificação no processo de ensino aprendizagem da Química por meio da introdução de recursos didáticos e metodologias de ensino que busquem articular o conhecimento químico com a realidade dos estudantes do EJA, atribuindo sentido ao conhecimento químico e permitindo a utilização destes conceitos pelos estudantes em seu cotidiano e comunidade dentro da temática do Meio Ambiente.

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo geral: Investigar o processo de ensino aprendizagem sobre Meio Ambiente e Natureza na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos que os alunos da EJA I de uma escola estadual em Rio Branco, Acre, possuem sobre Meio Ambiente e Natureza, utilizando os referenciais teórico-metodológicos de Reigota (2007), Tamaio (2002) e Moscovici (1972). E como Objetivos Específicos: (i) descrever as categorias de classificação das representações sobre Meio Ambiente e Natureza e tipos de meio ambiente; (ii) identificar as representações sociais dos alunos da EJA acerca de meio ambiente e natureza (iii) Elaborar um produto educacional intervencionista para capacitar educadores da EJA I, visando proporcionar aos alunos uma compreensão acerca

do meio ambiente e da natureza. (iv) Elaborar proposições de ações pedagógicas que contribuam para a ressignificação das visões de mundo dos alunos da EJA no que se refere ao meio ambiente e à natureza.

Assim, o problema desta pesquisa é: de que maneira as representações sociais dos participantes sobre meio ambiente e natureza poderiam estimular a proposição de ações pedagógicas que ajudem os professores da EJA a transformarem as visões de mundo desses alunos?

A pesquisa está estruturada em cinco seções. A primeira aborda os elementos teóricos e históricos da Educação Ambiental, bem como as percepções de meio ambiente no Brasil e no Acre. Nesta etapa, problematizam-se o contexto da Educação Ambiental em âmbito nacional e estadual, além das concepções de meio ambiente vigentes.

A segunda seção discute brevemente a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos contextos brasileiro e acreano, apresentando, adicionalmente, a proposta curricular vigente para essa modalidade no estado do Acre.

A metodologia é detalhada na terceira seção, que compreende a fundamentação teórico-metodológica da abordagem qualitativa, a caracterização do campo de pesquisa e o delineamento da pesquisa de campo descritiva. Adicionalmente, definem-se os sujeitos da investigação, bem como os instrumentos de coleta e as técnicas de análise de dados.

Na quarta seção, será detalha as atividades desenvolvidas em sala de aula sobre as temáticas de meio ambiente e natureza. Apresentam-se as práticas pedagógicas aplicadas e a sistematização do Produto Educacional resultante desta pesquisa, voltado à sensibilização e formação dos alunos.

Nesta quinta seção, apresentam-se; o mapeamento sobre Meio Ambiente e Natureza e a Eja: no período de 2017 a 2022 no banco de dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM) da Universidade Federal do Acre (UFAC); O caminho da pesquisa é a análise de dados expressos pelos sujeitos; Categorização e análise dos alunos da área de ciências; Produto educacional. Por fim, serão descritas as considerações finais da pesquisa.

SEÇÃO I

ELEMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PERCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE NO BRASIL E NO ACRE

A trajetória da educação formal brasileira, iniciada no período colonial com fins de catequização, evoluiu através de diversas reformas para um sistema laico e público que, historicamente, priorizou a manutenção de estruturas sociais de elite. Paralelamente, a percepção ambiental no país transitou de uma visão puramente produtivista para a institucionalização da Educação Ambiental (EA) como direito constitucional e tema transversal no currículo escolar após a Rio-92. Atualmente, esse campo é definido pelo embate entre correntes conservadoras, que romantizam a natureza, e correntes críticas ou transformadoras, que compreendem o meio ambiente como uma construção social e política dinâmica, essencial para a formação de cidadãos emancipados.

No estado do Acre, essa evolução é marcada por uma identidade sociocultural única, que une a herança ancestral indígena e o legado de luta de Chico Mendes e dos "Povos da Floresta" contra o desmatamento. Tais movimentos impulsionaram leis estaduais pioneiras, como a Lei nº 1.117/94, e programas de formação docente como o "Acre 2000" e o "Escolas Sustentáveis". No entanto, o cenário atual ainda enfrenta desafios na consolidação de uma EA verdadeiramente crítica dentro do Plano Estadual de Educação e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para superar visões reducionistas, cabe à escola atuar como mediadora, integrando as vivências ricas desses alunos a uma prática pedagógica interdisciplinar que responda às demandas socioambientais regionais.

1.1 O Contexto da Educação Ambiental no Brasil

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), o Brasil é um país situado na América do Sul, sendo o maior do continente e o quinto maior do mundo em extensão territorial, ocupando 47,3% da área sul-americana, com um total de 8.510.417,771 km². Em agosto de 2022, sua população era estimada em 203 milhões de habitantes. Além disso, o Brasil se destaca por sua riqueza em

biodiversidade, tendo a Amazônia como um de seus principais biomas, e por sua diversidade cultural. O país é formada pela união de 26 estados e um Distrito Federal.

Segundo historiadores o Brasil foi descoberto pelos portugueses em 22 de abril de 1500 por Pedro Álvares Cabral. A educação formal brasileira inicia-se no período do Brasil Colônia, com a chegada dos jesuítas, em 1549, sob a orientação do Padre Manoel da Nóbrega. Estes religiosos foram responsáveis pela instrução e catequização até o ano de 1759, quando o Marquês de Pombal os expulsou e implantou as Reformas Pombalinas perdurando um ensino tradicional.

Em seguida, no Brasil foi ilimplantando o ensino laico (desvinculado de aspectos religiosos) e público (acessível a todos). Muitas mudanças ocorreram até que se chegasse à pedagogia dos dias de hoje. As principais reformas foram Benjamim Constant (1890), Eptácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1911), Carlos Maximiliano (1915), João Alves da Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1932), Gustavo Capanema (1946) e as Leis de Diretrizes e Bases n.4024 de 1961 e suas leis subsequentes n. 5540/68 (Lei da Reforma Universitária) e 5692 de 1971 (Lei da Reforma de 1º e 2º Graus) e atual LDB n. 9394 de 1996. A partir desses estudos, percebemos que a educação sempre esteve a favor de determinados grupos sociais, com o propósito de manter seu status quo e com pouca preocupação com as questões ambientais.

Segundo Dias (2013), em 1934, as autoridades brasileiras começaram a perceber os efeitos negativos do modo extensivo das formas de utilização da terra com o gado, a cafeicultura e a silvicultura. Desta forma, o até então Decreto de Lei 23.793 de 23/01/1934, que mais tarde se transformou na Lei nº 4.771, instituiu o “Código Florestal Brasileiro”. Ainda segundo o autor, com efeito do código, criou-se a 1ª Unidade de Conservação do Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia localizado na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro.

Cascino, (2000), destaca que na década de 40 foi marcada por grandes conflitos políticos e sociais, e todos de certa forma influenciaram as discussões e desenvolvimento da temática. Nesta década, ocorreram: a Segunda Guerra Mundial; o bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki, feito pelos Estados Unidos contra o Japão; e a Guerra Fria. Já década de 50, Dias (2013) evidencia que em

Londres, já apareciam os primeiros sinais da degradação ambiental, o smog, que é um ar densamente poluído, causou a morte de 1.600 pessoas e ‘obrigou’ o governo inglês a criar e aprovar a Lei do Ar Puro.

A década de 60 projeta-se em resposta aos conflitos políticos e sociais que aconteciam no cenário mundial, surgiram os movimentos que segundo Cascino (2000) transformaram a humanidade, como as manifestações contra a Guerra Fria e a corrida armamentista-nuclear, e contra o Vietnã; ainda, o movimento dos hippies, a emergência do feminismo, movimento negro ou Black Power, pacifismo, libertação sexual e a “pílula”, drogas e rock-and-roll.

Ainda nessa década, em 1962, a bióloga Rachel Carson, publica o livro “Silent Spring” (Primavera Silenciosa), um clássico na história do movimento ambientalista. Trazendo os primeiros alertas mundiais do agravamento dos impactos ambientais, do uso de pesticidas e poluentes químicos e suas consequências na perda de qualidade de vida dos ecossistemas e da população. E em 1968, um grupo de cientistas de várias áreas passa a se reunir em Roma para discutir a crise ambiental, e esse grupo fica conhecido como o Clube de Roma (Dias, 2013).

Havia a necessidade de discussão da questão ambiental e principalmente, de uma mudança de pensamento. Em 1965, na Conferência em Educação, na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha surgiu o termo “Educação Ambiental”. Muito embora, segundo Dias (2013), essa expressão já fosse utilizada por professores universitários desde 1945. É também importante destacar que, os conceitos ainda eram cristalizados e ainda baseados nos modelos racionalistas e cartesianos, como cita Reigota (2000, p.11):

Já no início da década de 80 com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) na lei nº 6.938 /81, originou o discurso da inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, com objetivo de capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Desse modo, (Nunes, 2015), ressalta o surgimento de um ensino ambiental mais crítico que une às lutas pelas liberdades democráticas no país, antes e depois da abertura política e da consolidação da Nova República, no final do regime militar. Suas práticas são manifestadas através da ação isolada de professores, estudantes e ativistas ecológicos cujos nomes destacam-se os de Alberto Ruschi, Aziz

Ab'Sáber, Cacilda Lanuza, Fran Krajcberg, Fernando Gabeira, José Luzenberg e Miguel Abellá.

Com a criação da Constituição Federal de 1988, foi garantido legalmente o que a PNMA que o último governo militar deslumbrou como possibilidade de ver. No inciso VI do artigo 225, da Carta Magna aponta a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Em 1991, no governo Fernando Collor, foi criada a Comissão Interministerial para a preparação da Rio 92 que considerou a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira.

A ECO-92 teve a participação de vários países entre eles os sete países mais ricos, mas o que chamou atenção foi a postura dos Estados Unidos em relação ao tratado da Biodiversidade de não aderir. Os países de primeiros mundo convem o desenvolvimento econômico pouco importam em aderir medidas protetivas ao meio ambiente.

Todavia, é espantoso que países com menos potencial econômico seguem as imposições de potências econômicas em troca de serem explorados. Pois, sabe-se que o Brasil por exemplo com seu bioma a Amazônia de clima equatorial e floresta latifoliada, e também, com seus rios perenes apresentam uma grande biodiversidade. Sendo assim, (Gonçalves, 1998, pág.17) destaca que;

Mas o engajamento efetivo para que os alunos tenham acesso a Educação Ambiental começa em 1997 através de uma pesquisa do antigo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) promovida pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as concepções das pessoas com relação ao meio ambiente. Ainda, descobriu outro fato importantíssimo para quem trabalha com educação: para 95% dos brasileiros, a educação ambiental deve ser obrigatória nas escolas, ou seja, a maioria absoluta entende que esta é a grande chave para a mudança das pessoas em relação ao ambiente onde vivem.

Em decorrência desta pesquisa observou a necessidade de implantação da educação ambiental que passou a ser proposta como um tema transversal lembrando que a transversalidade permeia por mais uma disciplina. O MEC na década de 90 destaca o tema transversal meio ambiente nos parâmetros curriculares nacionais, desde então escolas tem dado ênfase ao meio ambiente seja em feira de conhecimento, feira de ciências ou assuntos abordados nas disciplinas

que o envolvem.

A escola é um dos primeiros locais absorver o processo de Meio Ambiente e para isso o MEC possui sua parcela de responsabilidade na busca de melhorar a qualidade de vida da população por meio de informação. Desse modo, cabe o professor tornar o indivíduo sobre informações básicas.

Ainda sobre o Meio Ambiente segundo Gonçalves (2002, p.35), a partir da Revolução Industrial, teve-se a “ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza; esta cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo”. Nesta época que a relação o homem e o meio ambiente que ele vive começou a entrar em evidência. Desse modo, vários autores procuraram a definição de meio ambiente entre eles está alguns citados sobre as várias definições sobre meio ambiente.

A definição de Meio Ambiente varia de autor para autor, mas, a definição mais próxima que defendemos é de Guimarães (2005, p. 12), onde o autor ressalta que o Meio Ambiente é uma; “unidade que precisa ser compreendida inteira, e é através de um conhecimento interdisciplinar que poderemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente”. Para as pessoas há diferentes concepções sobre o Meio Ambiente, isto é, influencia muitas vezes do meio em que atua.

Além disso, a formação do indivíduo que recebe desde de pequeno na escola sobre Meio Ambiente que atua quando criança é que muitas vezes o aluno é incubido de desenhar duas montanhas e um sol. Tal desenho típificado pelos professores sobre Meio Ambiente que acaba inserindo de certa forma o conceito de Meio Ambiente como algo romantizada devido as imagens que recebem de origens religiosas os alunos adotam como percepção do Meio Ambiente o conceito criacionista que há árvore e frutos.

Neste sentido, a escola tem papel fundamental para promover novos conceitos sobre Meio Ambiente quando os professores de diferentes eixos temáticos que são: linguagens e códigos e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias e matemática relacionam com o Meio Ambiente o docente tem papel fundamental na inserção desta temática.

Hordiernamente, os docentes em sua maioria, inseri diferentes conceitos

sobre meio ambiente cabendo ao aluno absorver o melhor sobre tal temática. A educação ambiental nas escolas são trabalhadas de forma direta ou indireta. Além disso, pode ser trabalhada de forma transversal conforme adequação das escolas e dos professores. Pois, muitos professores trabalham muitas vezes em dois turnos havendo pouco tempo para o planejamento escolar e pouco recursos didáticos para trabalhar concomitantemente.

1.2 O Contexto da EA no Estado do Acre

O estado do Acre antes pertencia a Bolívia se tornou território em 1903 através do tratado de Petrópolis, na década de 60 foi elevado à categoria de estado fica situado na Amazônia Legal. De acordo com o Censo brasileiro de 2010, o Acre era habitado por 733 559 habitantes, sendo que haviam 532 279 habitantes em área urbana e 201 280 habitantes em área rural. Quanto à questão de gênero, haviam 368 324 homens e 365 235 Mulheres. Foram identificados 221 108 domicílios, sendo que apenas 191 169 deles eram ocupados, gerando um déficit habitacional de 29 939 domicílios.

O Acre foi habitado, inicialmente, por povos indígenas peruanos dos troncos linguísticos Pano e Aruaque, Os nativos apesar de possuírem cultura diferenciada, já praticavam EA, conhecimento repassado pelos mais velhos de geração a geração, sendo repassadas por meio das histórias orais, das músicas, danças e ritos. Certamente o nosso modelo de EA possui contribuições vindas dos costumes desses povos. (Medeiros, 2007). Logo após, chegaram os imigrantes nordestinos em busca de dias melhores, durante este período, não havia ainda uma educação regulamentada.

De acordo com site agencia de notícia do Estado do Acre, a implantação da educação no Acre realizou graças aos pedidos dos Servos de Maria que em 1921, com seis irmãs foram enviadas para missões no Brasil e chegaram ao município de Sena Madureira em 14 de novembro de 1921, ampliando suas atividades para Rio Branco e Xapuri dois anos depois. Conforme a população crescia as necessidades surgiam, consequência disso, a educação se tornou mais abrangente.

O trabalho de Servas de Maria se prolongou até 1953, iniciando o ensino profissionalizante. Em 1958, fundaram o Instituto São José. A educação passou por um processo de ampliação para demais camadas sociais no final da década de 1970.

No entanto, a questão voltada para questão ambiental no Acre ganhou destaque com o embate provocado pelos grandes fazendeiros e empresas extratoras de madeira, Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988), conhecido por Chico Mendes, inicia um movimento pacífico a favor dos seringueiros, cujo sustento dependia da floresta, mais especificamente, da seringueira nativa, na época prejudicada pela expansão do campo.

De acordo com o site Agência Brasil (2024), o xapuriense Chico Mendes ficou conhecido internacionalmente pelo seu ativismo pelo meio ambiente e depois de sua morte nacionalmente, seus movimentos desencadearam a força do “Povo da Floresta” que mais tarde este slogan seria aderido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que possibilitou ficar no cenário político por vinte anos, expressão conhecida em todo o território brasileiro. O xapuriense Chico Mendes ficou conhecido internacionalmente pelo seu ativismo pelo meio ambiente e depois de sua morte nacionalmente, seus movimentos desencadearam a força do “Povo da Floresta” que mais tarde este slogan seria aderido pelo partido dos trabalhadores que possibilitou ficar no cenário político por vinte anos, expressão conhecida em todo o território.

Desse modo, de acordo com (Aguiar, 2014). Chico Mendes participou da fundação e liderou sindicatos na região e, em 1985 encabeçou o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, quando foi originada a proposta de “União dos Povos da Floresta” unificando interesses de algumas classes oprimidas, como indígenas, seringueiros, ribeirinhos e colonos, através da solicitação de implantação de reserva extrativista

Ainda segundo o autor, em 1987, Chico Mendes denunciou no Senado dos Estados Unidos e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ações de grupos estrangeiros que estavam explorando indiretamente através de projetos a biodiversidade da Amazônia o que estava ocasionando a expulsão dos chamados povos da floresta.

Com isso, houve a sensibilização internacional que suspendeu o financiamento e culminou desagradando e revoltando os que adquiriam vantagens econômicas. Logo após, teve a implantação de reservas extrativistas, mas Chico Mendes acabou morto em 1988, devido suas lutas e reivindicações. Depois de sua Morte tornou-se um símbolo de preservação da floresta amazônica e dos povos da floresta.

Com efeito, no ano de 1994 foi promulgada a Lei de nº 1.117/94 que dispõe sobre a Política Ambiental do Estado do Acre. A referida lei no art. 17 no processo da educação ambiental junto à sociedade acreana abaixo os incisos:

- I - considerar o meio ambiente em sua totalidade, de acordo com suas características naturais e as resultantes da ação antrópica, englobando aspectos econômicos, sociais, políticos, históricos, culturais, legais e demográficos;
 - II - inter-relacionar, em todas as faixas etárias, da população os processos de sensibilização, internalização de conhecimentos e habilidades para resolver problemas da sociedade;
 - III - capacitar o educando a reconhecer sintomas e causas efetivas dos problemas ambientais, através do raciocínio crítico e correspondente procura de soluções;
 - IV - utilizar os diferentes meios técnicos existentes para identificar, avaliar e transmitir conhecimentos sobre o meio ambiente, enfatizando a prática e experiência pessoais, especialmente das populações autóctones;
 - V - despertar a necessidade de que cada indivíduo adote e assuma, em relação ao meio ambiente, conduta ética conservacionista, racional, responsável e solidária, priorizando a busca do desenvolvimento sustentado;
 - VI - conscientizar, permanentemente, os vários segmentos da comunidade, através dos meios de educação formal e não formal;
 - VII - abordar interdisciplinarmente a educação ambiental no ensino formal, através dos conteúdos programáticos de todas as atividades, áreas de estudo e disciplinas, em todos os níveis de ensino, desde a pré-escola; e
 - VIII - considerar o homem como foco central da questão ambiental.
- (SEMA/AC, 1994).

Vimos nestes incisos uma educação ambiental crítica e a ser trabalhada de forma interdisciplinar. Há ainda no estado do Acre o Departamento de Educação e Difusão Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA desempenha algumas ações ecológico-preservacionistas, dentre elas está à formação de educadores ambientais, podendo ser, acadêmicos, professores e alunos do ensino fundamental e médio, índios, colonos e seringueiros.

A SEMA também tem desenvolvido arborização urbana. O “Projeto Acre 2000 de Educação Ambiental” desenvolvido pela Associação SOS Amazônia nos anos de 2001 a 2004, tinha como alvo professores em exercício no ensino fundamental. O referido curso de formação continuada oferecido em diferentes regiões do Estado do Acre possuía a finalidade de “transformar a escola em um centro de referência para o desenvolvimento de uma nova consciência ecológica traduzida em práticas diferenciadas, frente às questões ambientais regionais e globais” (Panzeri, 2007, p. 8).

No ano de 2004 o Estado do Acre foi beneficiado com a implantação do “Programa de Educação Ambiental para o Estado do Acre”, cujo campo de atuação abarca a educação formal e informal com base nos indicadores levantados sobre a caracterização econômica e socioambiental. Dentre suas atividades estão: capacitar educadores ambientais, produzir e divulgar material educativo, articular intra e interinstitucional e desenvolver ações educacionais. No que tange a capacitação, o projeto ofereceu cursos de curta e média duração para docentes do ensino fundamental e médio.

Segundo o Programa Educação Ambiental para o estado do Acre, a EA tem essência participativa por meio da qual os sujeitos envolvidos “constroem valores sociais, adquirem conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conquista e manutenção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e deverá contribuir, fortemente, para a construção dessa nova sociedade” (Acre, 2002, p. 6).

Destaca-se também no ano de 2010 e 2011 o curso de aperfeiçoamento “Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e Com-Vida” promovido pela Secretaria de Estado de Educação e Esporte em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto, cujo intuito do curso era formar multiplicadores com foco na sustentabilidade humano e ambiental. O curso foi expandido para alguns municípios do estado, mas não foi possível atingir todos os docentes. É importante relatar que, em análise ao Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2024 aprovado no ano de 2015, constamos que o texto do documento não revela a importância da EA.

1.3 A Concepção de Meio Ambiente e Educação Ambiental

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei 6.938/81, meio ambiente é compreendido com o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (Brasil, 1981).

Porém, os indivíduos com o passar do tempo passam a desenvolver vários conceitos sobre meio ambiente ao longo da sua vida. Diante de situações que são vividas pela sociedade e ao tratarmos dos problemas ambientais de uma abordagem muitas vezes em que o mesmo atua como passivo do ensino sobre meio ambiente.

No decorrer dos anos várias correntes foram formadas sobre meio ambiente em que muitos idealizam paisagem com árvores lembrando o “Jardim do éden”. Mas, o conceito de meio ambiente está longe desta visão romantizada está para uma visão em que há interação do indivíduo com o lugar nas suas relações dinâmicas e sociais.

Reigota (2009), por sua vez, define meio ambiente como sendo;

um lugar determinado ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade. (Reigota, 2009, p. 21).

Sendo assim, de acordo com (Sauvé, 2005), surgem as definições das correntes sobre meio ambiente dentre elas correntes tradicionais que são:

- Científica: explicação conceitual sobre o meio ambiente com base no conhecimento do ensino de ciências;
- Naturalista: centrada na relação homem natureza;
- Conservacionista/recursista: expressões centradas na conservação de recursos naturais, ou seja, na preservação do meio ambiente;
- Moral/ética: que relacionam valores como um dos objetivos da educação ambiental, sendo que defendem valores ambientais como forma de intervenção;
- Humanística: construindo o ser humano com a cultura;
- Resolutiva: é centrada nos problemas do meio ambiente, na busca por informar ou levar as pessoas a se informar sobre a problemática ambiental;

- Sistêmica: apoia-se nas contribuições da ecologia e da Ciências Biológicas, cujos conceitos e princípios que inspiraram o campo da ecologia humana;

Há ainda as correntes mais recentes:

- Ecoeducação: está relacionada à ecopedagogia, uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana, ou seja, torna-se consciência do meio ambiente, a partir de situações do nosso cotidiano.
- Crítica: apresentam visão emancipatória do homem e se propõe a analisar as dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais e, a partir destas propor soluções para problemáticas ambientais.
- Sustentabilidade: Trata-se de aprender a utilizar de forma racional os recursos disponíveis hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã.

Todas as correntes se mostram importantes no processo de educação, não havendo assim uma que seja ideal ou mais adequada para ser adotada. Elas se entrelaçam entre si cabendo aos estudiosos sobre meio ambiente qual corrente prevalece quando feita a pesquisa ao público.

Para Layrargues (2002) destaca duas principais concepções de Educação ambiental: a conservadora/tradicional e outra transformadora/crítica. A primeira prioriza uma educação pretensamente apolítica e mantenedora do status quo social, enquanto a segunda contribui para a realidade socioambiental.

A EA conservadora preocupa-se com a conservação da natureza sem interligar com a cultura entre outras áreas de atuação da vida cotidiana do aluno. Já a transformadora ou também chamada de crítica procura desenvolver realizar uma transformação social.

A transformadora crítica procura formar o aluno crítico quanto ao conceito apresentado a ele sobre meio ambiente. Por exemplo, um professor de ciências da educação de jovens e adultos apresenta a educação ambiental através de suas próprias reflexões o aluno crítico questionará “Como o professor chegou a esta conclusão?”. Mas, o discente conservador apenas olhará e aceitará não irá além de suas percepções qualitativas sobre meio ambiente para ele a educação ambiental é mais um conteúdo para passar de ano que será demonstrada em uma nota. Pois, o

objetivo do aluno conservador é tirar a nota máxima não aprender a contextualizar o conteúdo em sua vida cotidiana.

Na EA crítica o professor passa a ser mediador de conhecimento realizando atividades lúdicas para que o aluno vá além do entendimento sobre meio ambiente que o mesmo torne conhecedor e seja incluso nos trabalhos a serem desenvolvidos.

A abordagem da EA é muito pertinente, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde os educandos trazem uma bagagem de vivências bastante diversa e rica, que influencia diretamente suas percepções sobre o meio ambiente. Ao tratar o meio ambiente como uma representação social, reconhecemos que ele é construído a partir de experiências, valores culturais, sociais, históricos e econômicos.

A educação ambiental se apresenta como uma das vias possíveis para confrontar a crise civilizatória em suas dimensões cultural e social. Sua abordagem crítica e libertadora tem como objetivo desencadear processos nos quais a busca por transformações culturais e sociais, tanto no âmbito individual quanto coletivo, estejam intrinsecamente interligadas.

As políticas públicas em educação ambiental devem levar a um aumento da capacidade do Estado de responder, mesmo com uma intervenção direta mínima, às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições que atuam na educação ambiental crítica e libertadora.

SEÇÃO II

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E NO ESTADO DO ACRE

2.1 - EJA no Brasil

Antes da chegada dos europeus no Brasil já havia o processo de educação com os indígenas estes ensinavam através da sua cultura, tradição e valores. Porém, com a chegada dos portugueses esse cenário mudou começando uma educação religiosa que muitos jesuítas passaram a catequizar os índios. No período colonial que vai do século XVI ao início do século XIX, houve um avanço significativo em relação ao processo educacional, passando a ensinar agora, a elite para dominar as classes populares, a mesma tinha conteúdos que vinculavam as funções burocráticas, religiosas e administrativas, embora na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil no período colonial se deu de forma assistemática, nesta época não se constatou iniciativas governamentais significativas. (Fausto, 2013)

No entanto, o Estado percebeu a necessidade de formar cidadãos mais capacitados para funções de empregados, desse modo, colocou instituições para formar esses sujeitos. Assim, a maioria da população, incluindo escravos e as camadas mais pobres, continuava excluída do Sistema educacional.

O século XIX foi um período de transformação no Brasil devido o processo de industrialização e urbanização. Essas mudanças econômicas e sociais trouxeram consigo uma demanda para capacitação dos trabalhadores urbanos, pois muitos tinham vindo da zona rural. A educação de jovens e adultos (EJA) tornou-se essencial para a formação de uma força de trabalho mais adaptada às demandas da indústria. As habilidades de leitura, escrita e cálculo eram cruciais para que os trabalhadores pudessem desempenhar funções mais complexas nas fábricas e empresas.

No século XX, o governo e as autoridades passaram a implementar políticas educacionais específicas voltadas para a classe trabalhadora que tinham como objetivo tornar a EJA mais acessível aos adultos que precisavam conciliar o trabalho

com os estudos. Para que isso acontecesse foram criados programas de alfabetização e educação básica para adultos, com foco em habilidades práticas e aplicáveis ao ambiente laboral. (Alves, 2013)

A Constituição de 1934 marcou a EJA no Brasil reconhecendo o direito à educação para todos os cidadãos. Contudo, apesar do amparo legal, muitos desafios persistiram na expansão efetiva dessa modalidade de ensino. Um dos principais obstáculos era a falta de infraestrutura educacional adequada para atender à demanda da população adulta que desejava estudar. (Brasil, 1934)

Para isso, foram criadas em várias regiões do Brasil escolas e recursos para o ensino. Durante os anos 60 ocorreram transformações significativas, incluindo um aumento da conscientização social e reivindicavam melhorias na educação, incluindo a EJA, como parte de um sistema mais inclusivo.

Em 1967, o Estado criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização. O MOBRAL desenvolveu programas educacionais específicos para adultos, visando erradicar o analfabetismo e melhorar as habilidades de leitura e escrita, mas também enfrentou críticas, principalmente quanto à metodologia de ensino.

A Constituição Federal de 1988 consolidou o compromisso do Estado brasileiro com a EJA, sendo reconhecida como um direito fundamental de cada indivíduo, independentemente da idade, representando uma ruptura significativa. A mesma definiu a educação como sendo um direito social, ou seja, como fornecer uma educação de qualidade a todos os brasileiros atendendo as suas necessidades.

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método de Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Tudo começou quando o Governo Federal, através do Programa Brasil Alfabetizado (2003), conclamou a população a mobilizar-se para alfabetizar os jovens e os adultos que, por direito, deveriam ter acesso aos bens culturais que a escrita nos proporciona. A proposta, a princípio, revela a vontade de agir para atender aos que não tiveram acesso à escrita em decorrência das desigualdades sociais presentes na nossa sociedade. No entanto, com tantos absurdos e descasos que rodeavam tal ideia, como o tempo de acabar cada modalidade que seria de seis meses, sendo que seria pouco tempo para alfabetizar os “totalmente analfabetos”, e sem falar nos locais que essas salas funcionariam e as condições físicas que essas aulas seriam dadas. Também havia a questão dos alfabetizadores, pois eram pessoas sem formação nenhuma, que tinham como bagagem somente treinamentos básicos para assumirem tal missão que era de alfabetizar esses jovens e adultos. Não havia uma preocupação em resultados e sim em manter as salas funcionando para não perderem tais verbas. Assim foram propostos que fossem investidos esforços e recursos para a formação de professores-alfabetizadores, que depois pudessem dar continuidade às ações iniciadas.

No século XXI os programas mais notáveis é o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), é destinado a pessoas com 15 anos ou mais que não completaram o ensino fundamental ou médio. Têm prioridade no atendimento os egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), as populações do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as pessoas em cumprimento de pena em unidades prisionais. (https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/eja/peja)

Há outro Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), visa integrar a educação profissional com a educação básica, especialmente para jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio. Ele oferece cursos de formação inicial e continuada, ou qualificação profissional, e cursos técnicos de nível médio, com foco na educação de jovens e adultos.

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Educação do Campo é um direito e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do meio rural. Garante a ampliação

das possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar.

Apesar dos avanços significativos, a Educação de Jovens e Adultos ainda enfrenta problemas importantes, que incluem a falta de recursos financeiros, a evasão escolar e a necessidade de adaptação às demandas do mercado de trabalho.

2.2 - EJA no Acre

A história da Educação de Jovens e Adultos no Acre está cada vez mais voltada para o atendimento das necessidades do cidadão no que se refere à formação escolar. Quando o Acre ainda era Território Federal, já se procurava oferecer às pessoas com idade fora da faixa etária permitida para frequentar os cursos do sistema educacional, condições de rotomada e continuidade de seus estudos.

O primeiro passo para a efetivação deste no Estado foi formalizado através do Primário Dinâmico, curso equivalente às quatro primeiras séries de ensino fundamental, com duração de um ano. O primeiro semestre sendo aplicada uma avaliação final e no segundo semestre o mesmo procedimento. Após a segunda avaliação, os alunos aprovados poderiam dar continuidade nos cursos intensivos esbelecidos de acordo com o artigo 91 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 09/4/42) título VII, licença ginasial aos maiores de 16 anos e fazer os Exames de Madureza, que constavam de provas escritas e orais. Na prova oral, os alunos eram submetidos a uma sabatina realizada por uma banca de professores.

A modificação introduzida pela Lei nº 8531 de 1957 (Acre, 1957), no artigo 91 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, teve um impacto significativo no acesso à educação para jovens no Brasil. Antes dessa alteração, os alunos podiam prestar o exame de madureza ginasial aos 16 anos, enquanto a nova legislação elevou essa idade par 18 anos. Além disso, estabeleceu que a idade mínima para obtenção da licença colegial seria de 20 anos.

Essa mudança refletiu uma preocupação em garantir que os alunos tivessem

um período adequado de formação antes de se submeterem aos exames de conclusão de cada etapa educacional. Elevando a idade para prestação de exame de madureza ginasial, a lei buscava assegurar que os estudantes estivessem mais preparados e maduros para enfrentar os desafios dessas avaliações.

Ao estabelecer a idade mínima de 20 anos para licença colegial, a legislação reconhecia que a conclusão do ensino médio exigia um tempo adicional de estudos e maturação. Isso também visava a garantir que os alunos estivessem melhor preparados para ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho após a conclusão dessa etapa educacional.

A primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei 4024/61 representou outro marco importante na legislação educacional brasileira ao garantir o direito dos maiores de 16 anos de fazerem os Exames de Madureza para conclusão do curso ginasial. Além disso, a mesma assegurou aos maiores de 19 anos a obtenção de certificado a nível colegial, reconhecendo que o acesso à educação não deveria ser limitado pela idade, mas sim pela capacidade e disposição de aprendizado.

Posteriormente, com a criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) pela Lei 5379/67, houve um grande impulso na luta pela erradicação do analfabetismo no país. O MOBRAL foi fundamental ao oferecer programas de alfabetização para jovens e adultos em todo o território nacional, aumentando significativamente o acesso à educação básica para essa parcela da população.

Contudo, à medida que o MOBRAL alcançava sucesso na alfabetização, surgiu a necessidade de proporcionar aos alunos a continuidade dos estudos. Para isso, foi criado o PEI (Programa de Educação Integrada), que buscava oferecer uma educação mais abrangente para os alfabetizados, permitindo-lhes continuar sua formação além da alfabetização básica.

Surgiu na década de 1970, o projeto Minerva, foi uma iniciativa significativa na continuidade da educação oferecida aos alunos do PEI. Esse projeto tinha como objetivo garantir o ensino aos alunos que haviam concluído o PEI e buscavam avançar em sua formação educacional. Com equivalência de conteúdos da quinta à oitava série do ensino fundamental, o Projeto Minerva utilizava a rádio como meio de transmissão, sendo veiculado pela Rádio Difusora Acreana.

Os conteúdos do Projeto Minerva eram organizados em 13 fascículos, sendo o último uma revisão geral do curso. A avaliação dos alunos era realizada de forma bimestral. A Fundação Roberto Marinho elaborava as provas e as enviava à coordenação local para distribuição e aplicação.

Na década de 80, surgiu o Projeto João da Silva, paralelo ao PEI, oferecido pela SUDHÊVEA (Superintendência de Desenvolvimento da Borracha) em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Esse projeto tinha equivalência ao ensino das quatro primeiras séries do ensino fundamental e era transmitido pela emissora de televisão TV Acre para os municípios produtores de borracha.

O Projeto João da Silva tinha duração de um ano letivo e não seguia a seriação tradicional. A avaliação final era realizada pela fundação Padre Anchieta e enviada à coordenação local para aplicação e correção das provas. Ambos os projetos demonstram a criatividade e variedade de abordagens adotadas para oferecer educação aos alunos fora da faixa etária convencional, adaptando-se às necessidades e à infraestrutura disponível em diferentes regiões do Acre.

Na década de 90, houve uma lacuna significativa nas políticas de educação voltadas para jovens e adultos no Acre. No entanto, mesmo diante desse desafio, foram desenvolvidos novos cursos para atender essa demanda, Farias (2013, p.35),

PEB (Programa de Educação Básica): Esse programa tinha equivalência às quatro primeiras séries do ensino fundamental e era dividido em duas etapas. Na primeira etapa, no primeiro semestre, eram abordados os conteúdos equivalentes à primeira e segunda séries. Os alunos aprovados avançavam para a segunda etapa, onde estudavam os conteúdos equivalentes às terceiras e quartas séries. Ao final dessa etapa, os alunos que alcançavam a nota necessária recebiam o certificado de conclusão e podiam fazer a matrícula no SPG (Supletivo de Primeiro Grau) para continuar os estudos da quinta à oitava série; **SPG (Supletivo de 1º Grau):** Esse curso tinha equivalência da quinta à oitava série e era dividido em três etapas, cada uma com duração de seis meses. Em cada etapa para outra, era necessário obter uma média mínima de seis pontos por disciplina. Ao finalizar a terceira etapa e obter a aprovação em todas as disciplinas com uma média mínima de seis pontos, o aluno recebia o certificado de conclusão para ingressar no segundo Grau; **SSG (Supletivo de 2º Grau):** Esse curso era destinado a alunos com 18 anos completos e tinha equivalência ao ensino médio. Dividido em três etapas, cada uma com três bimestres, e para passar de uma etapa para outra e concluir o curso, o aluno precisava alcançar uma média mínima de seis pontos; **Telecurso de 1º e 2º Graus:** Esses cursos eram destinados ao Ensino Fundamental (5º a

8º séries) e ao Ensino Médio, respectivamente. Utilizavam teleaulas transmitidas pela Tv Acre, com fitas de vídeo VHS enviadas pela Fundação Roberto Marinho. Os alunos podiam se matricular em três modalidades de recepção: Organizada, controlada e livre; **Projeto Conquista:** Correspondia a um curso de ensino Fundamental, também dividido em três etapas de seis meses cada uma, com disciplinas distribuídas conforme as cargas horárias; **Educação de Jovens e Adultos – Fases I e II:** Esses cursos ofereciam equivalência às séries do Ensino Fundamental, divididos em etapas com carga horária específica. A Fase I abrangia as séries iniciais (1º a 4º séries) e a Fase II, as séries finais (5º a 8º séries); **Escola Aberta de 1º e 2º Graus:** Funcionava no centro de Ensino Supletivo, oferecendo apoio aos alunos com dificuldades nos estudos; **Projeto Logos II - Curso de nível Médio Magistérios:** Destinado a professores leigos em serviço, com disciplinas específicas e estágio supervisionado; **Logos II de 1º e 2º graus - Formação integral:** oferecia formação de nível médio, sem as disciplinas específicas do magistério; **HAPRONT – Curso de habilitação para professores não - titulados da zona Rural:** curso ministrado durante as férias escolares, visando a capacitar professores sem habilitação; **PAJA – Programa de alfabetização de jovens e Adultos:** iniciativa para alfabetizar jovens e adultos em dois anos, com turma limitadas a 25 alunos; **Exames de Suplência profissionalizante:** oferecidos para habilitar profissionais em diversas áreas; **TC 2000 – Ensino fundamental e ensino médio:** Utilizava uma metodologia de ensino associada a livros e aulas em vídeo, com acompanhamento pedagógico; **Programa ALFA 100:** criado para combater o analfabetismo, baseado na pedagogia de Paulo Freire, com material próprio com empresas e o governo Federal; **Reestruturação curricular para o Ensino Fundamental da EJA - 1º Segmento:** Proposta de reestruturação visando a adequar os conteúdos às necessidades dos alunos.

A História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Acre, continua a evoluir, com a implementação de novas estratégias e políticas para garantir um ensino de qualidade para essa parcela da população. Destacam-se alguns marcos importantes:

- Avaliação formativa e acumulativa: A avaliação passou a ser formativa e cumulativa, permitindo que os alunos retidos no processo recebessem apoio adicional e fossem submetidos a exames especiais para avançar para o próximo segmento.
- Instituição da gerência Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos: em 2003, foi criada a Gerência pedagógica de educação de jovens e Adultos pela secretaria de educação (SEE), consolidado a EJA como modalidade de ensino e política pública no Estado.
- Ampliação da carga horária e inclusão de disciplinas: Em 2005, houve uma reestruturação do TC 2000 com a ampliação da carga horária tanto para o Ensino Fundamental quanto para o médio. Além disso, disciplinas como educação Física, Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia incluídas nos cursos da EJA.
- Formação continuada de professores: Foram realizados cursos

de formação continuada para professores e coordenadores da EJA em todo o estado, visando aprimorar a qualidade do ensino oferecido.

- Incentivo ao trabalho com projetos e premiação: houve incentivo ao trabalho com projetos, culminando na instituição do “Projeto EJA: Desafios de um educador”, reconhecendo e premiando práticas educativas de destaques na EJA.
- Ações de acompanhamento e fortalecimento das parcerias: intensificação das ações de acompanhamento às escolas EJA em todo estado, fortalecendo as parcerias com as equipes dos núcleos promovendo a capacitação da equipe técnica.
- Atendimento específico para públicos vulneráveis: Foram desenvolvidas ações específicas para atender jovens internos das casas de medidas Sócio- Educativas e do sistema penitenciário, visando garantir o acesso à educação mesmo em situações de vulnerabilidade.

Apesar desses avanços, dados do IBGE/ PNAD de 2003 mostram que ainda há desafios a serem enfrentados na garantia ao acesso à educação para todos os jovens e adultos no estado. Ainda assim, essas iniciativas demonstram um compromisso e o desenvolvimento da EJA no Acre. Além do mais, refletem os esforços contínuos do governo e de diversas organizações para promover a educação de jovens e adultos no Acre, visando a inclusão e o desenvolvimento educacional dessa parcelada população.

No Acre, a legislação que regula a Educação de Jovens e Adultos (EJA) inclui resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/AC) e leis estaduais. A Resolução 201/2013 fixa normas para a EJA nos sistemas de ensino estadual e municipal, e a Resolução 135/2013 trata da oferta de EJA para presos. Além disso, a Lei nº 2.965/2015 aprova o Plano Estadual de Educação, que também inclui diretrizes para a EJA, (SEE/AC, 2013). Assim destacamos o que propõe esse legislação específica sobre EJA no Acre:

- **Resolução 201/2013:** Fixa normas para a EJA nos sistemas de ensino estadual e municipal do Acre, conforme a legislação educacional vigente.
- **Resolução 135/2013:** Dispõe sobre a oferta de EJA para alunos em privação de liberdade nos estabelecimentos penais.
- **Lei Complementar nº 162/2006:** Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Ensino do Acre e inclui dispositivos sobre a EJA.

2.3 A proposta curricular para a EJA no Acre

A compreensão do fundamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma via de acesso à garantia do direito à educação é fundamental para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades educacionais. Esta modalidade de ensino abrange uma série de especificidades que visam atender às necessidades dos sujeitos da EJA, desde a alfabetização e letramento até o atendimento especial e inclusivo.

A EJA não se limita apenas à sala de aula tradicional, mas busca alcançar comunidades tradicionais e do campo, pessoas em privação total ou parcial de liberdade, bem como se adapta à presença do ensino remoto e híbrido. Além disso, envolve metodologias didático-pedagógicas e ações de planejamento educacional que visam superar desafios como a evasão escolar, defasagem da aprendizagem e a inserção das histórias de vida e do mundo do trabalho no processo de escolarização.

Os normativos e documentos emitidos pelo Congresso Nacional de Educação (CNE) refletem a importância atribuída à EJA no contexto mais amplo das ações e decisões voltadas à Educação Básica, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus/COVID-19. Estas diretrizes visam garantir a continuidade das aprendizagens, o acesso, a permanência e a conclusão do percurso educacional dos alunos da EJA.

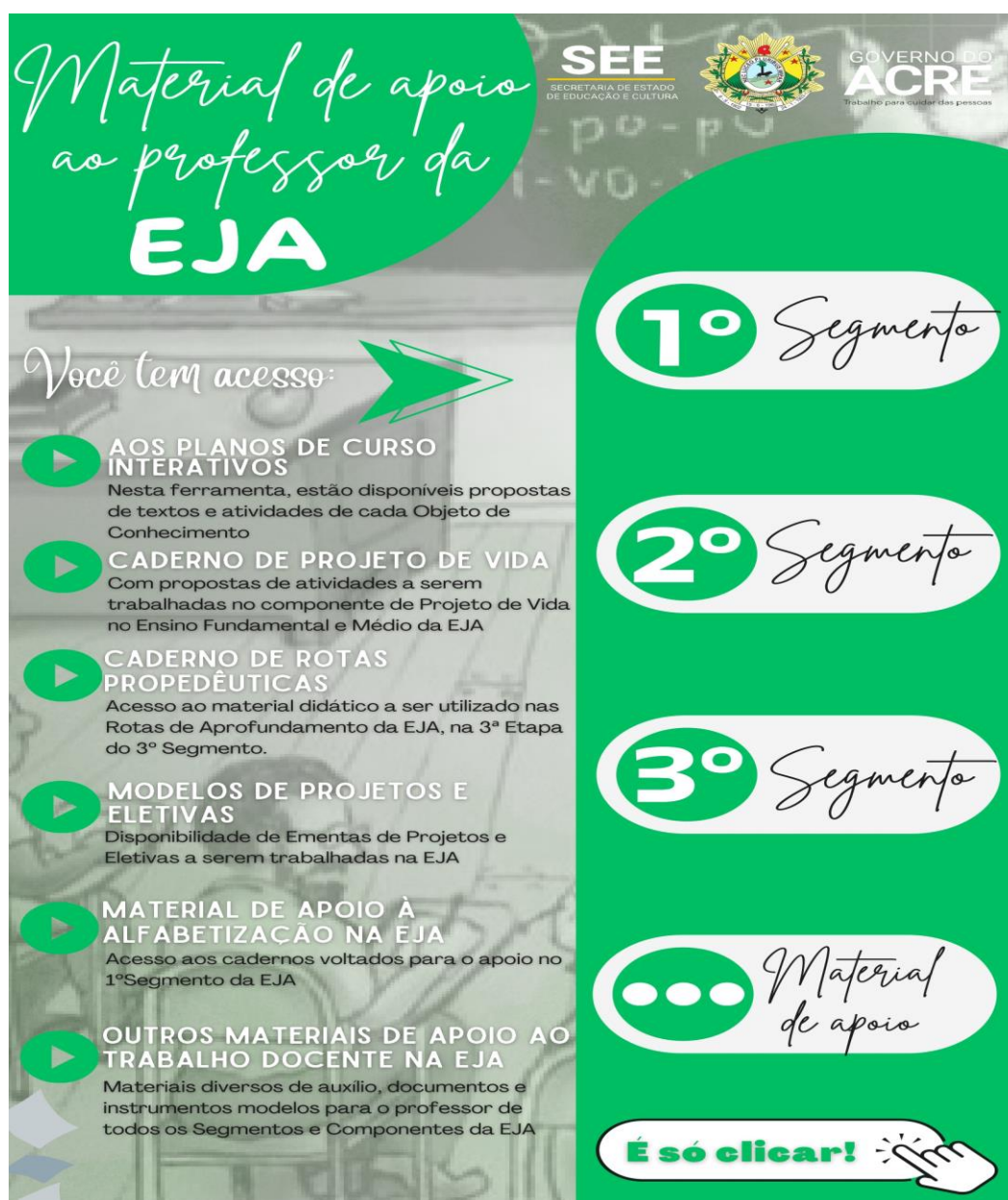
A diversidade e as especificidades dos sujeitos da EJA exigem uma abordagem flexível e adaptável, que considere suas identidades e realidade contextuais. Portanto, é necessário um contínuo processo de reflexão e ação para pensar, fazer e vivenciar a EJA de maneira eficaz e inclusiva. O documento referencial apresentado é parte integrante desse processo, buscando promover uma educação de qualidade para todos os alunos da EJA.

A EJA no Acre é um programa voltado para pessoas que não concluíram seus estudos na idade adequada. Ela oferece oportunidades para terminar o ensino fundamental e médio. O governo estadual, junto com prefeituras, organiza turmas de EJA em escolas públicas, especialmente em áreas urbanas e também em comunidades ribeirinhas e rurais, por causa da geografia especial do estado.

A EJA modificou sua estrutura antes era em módulo passou a ser por segmento. Sendo em diferentes níveis incluído o Ensino Fundamental. A EJA é dividida:

- Ensino Fundamental: EJA I: Equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).
- Ensino Médio: que divide em três etapas.

Na EJA é oferecido ao professor, para material de apoio, um card como mostra imagem 1 abaixo:



(Imagem 1) Fonte: Secretaria do Estado do Acre (2025)

Sendo ainda disponibilizado ao professor, um drive que com clique dar acesso a plano de curso de cada disciplina e proposta de atividades didáticas e orientações do ensino médio. O segmento três encontra é dividida em três etapas, que já encontra matérias do novo ensino médio. O aluno é avaliado em seis meses obtendo notas n1 e n2 sendo estas sendo igual ou maior que sete.

Para ingressar no ensino médio é necessário ter 18 anos, já para o ensino fundamental a idade de 15 anos. O objetivo da EJA é uma segunda chance para quem não concluiu os estudos na idade regular. Isso muitas vezes ocorre por fatores sociais e econômicos, que fazem com que o discente, evada da escola.

SEÇÃO III

O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nos anos de 1980 surge entre os pesquisadores a metodologia qualitativa para ser trabalhada de forma crítica social no ambiente escolar. Sendo utilizada nas dissertações no Mestrado e Teses, pois se deve a quatro pontos importantes desta contribuição que serão descritos abaixo:

De acordo com Minayo (1992) a pesquisa qualitativa se concentra em aspectos não quantificáveis da realidade social, com os significados, motivações, crenças e valores. Ela busca compreender o mundo social em sua complexidade, explorando os fenômenos através das lentes das experiências humanas e da relações sociais.

A pesquisa qualitativa se aprofunda nos significados e processo subjacentes. Sendo um processo contínuo, que envolve diferentes etapas, desde a fase exploratória até o tratamento e análise dos dados coletados. Destaca-se a importância da integração entre teoria e prática, bem como a produção contínua de conhecimento.

3.1 Abordagem Qualitativa: Concepção Teórico-Metodológica

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 12) metodologia é “o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.” Dessa forma, para Minayo metodologia é definida de diversas maneiras, ou seja,

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações

específicas. (Minayo, 2007, p. 44).

Com esse entendimento, buscamos em Mattos (2016), a definição dos procedimentos metodológicos confere identidade única à pesquisa, permitindo que o autor imprima sua perspectiva sobre o objeto de estudo. Ao selecionar o percurso e as ferramentas de investigação, o pesquisador traça um roteiro estratégico focado na resolução do problema levantado. Assim, a metodologia constitui uma escolha subjetiva, moldada pelos objetivos específicos e pelas metas que se pretende atingir.

A amostragem é o processo de selecionar uma parcela representativa de uma população maior, delimitando o grupo que será efetivamente analisado pelo pesquisador. Estruturalmente, a amostra funciona como um recorte do universo total da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003), delimitar esse universo significa especificar as características comuns dos sujeitos ou fenômenos estudados como idade, gênero ou contexto social — para definir quem faz parte do escopo da investigação.

A escolha do método de amostragem é uma decisão estratégica do investigador e pode ser dividida em diferentes abordagens: Amostra por Conveniência (ou acidental): Baseia-se na facilidade de acesso do pesquisador aos participantes. Embora seja prática, Richardson (2012) adverte que esse modelo não garante que o grupo represente todas as variações da população, o que impede a generalização dos resultados, servindo apenas como base para estudos comparativos futuros.

Amostra Intencional (ou Racional): Os participantes são selecionados criteriosamente por possuírem atributos fundamentais para os objetivos e hipóteses do estudo. Esse método busca criar um "sujeito tipo", exigindo que o pesquisador conheça profundamente as especificidades da população para garantir a precisão da escolha. Para que uma pesquisa seja fidedigna, a seleção da amostra deve seguir critérios rigorosos. O ideal teórico é que todos os elementos do universo tenham chances iguais de inclusão, assegurando a representatividade. Quanto mais precisos forem os parâmetros de seleção, maior será a exatidão da amostra em

relação ao cenário real estudado. Em suma, a delimitação correta do grupo amostral é o que sustenta a validade científica e a aplicabilidade dos dados coletados.

3.2 Tipo de Estudo e a Caracterização do Campo de Pesquisa

A pesquisa ou investigação é um processo que pode durar um tempo curto, médio ao longo prazo é usado para a construção do conhecimento. Através dessas pesquisas geram novos conhecimentos que ajudará as pessoas no futuro a solucionar problemáticas maiores do que vivemos hoje principalmente no campo ambiental.

Localizada na periferia de Rio Branco, Acre, a Escola de Ensino Fundamental e Médio Immanuel Kant atende turmas do 1º ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino, reservando o período noturno para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Situada em uma via asfaltada e cercada por pequenos comércios e residências humildes, a instituição possui uma estrutura modesta, com mobiliário antigo e quadros desgastados pelo tempo. Apesar das limitações físicas e da escassez de recursos, o corpo docente demonstra grande empenho e criatividade. Um exemplo disso é a disciplina de Ciências, onde experimentos práticos são levados à sala de aula, evidenciando o esforço dos professores em promover um ensino dinâmico e de qualidade.

Existem vários tipos de estudo sendo elas pesquisa de campo exploratória, quantitativa-descritiva e campo experimental. Cabe ao pesquisador decidir qual o melhor tipo de estudo para o desenvolvimento da sua investigação. Abaixo a descrição de cada uma delas. Para este trabalho, a pesquisa escolhida foi de Campo Descritiva.

3.3 Pesquisa de Campo

Esta pesquisa envolve duas metodologias que ajudam a desenvolver as pesquisas. A descritiva ela vai descrever o produto a ser estudado que pode ser levantado através de um questionário subjetivo ou objetivo para que possa ser

melhor analisado o aconselhável é um que questionário subjetivo que esmiusará os detalhes do item que estar sendo estudado. Além disso, deve elaborar questões coerentes e coesivas para que o estudo seja melhor alcançado.

Por exemplo, quando o professor fala descreva o meio ambiente através dos desenhos e o discente geralmente desenha duas montanhas e um sol. O docente deverá investigar por qual motivo o jovem tem esta percepção sobre o meio ambiente.

3.4- Sujeitos da Pesquisa

No Brasil, muitas crianças precisam trabalhar precocemente para auxiliar no sustento familiar. Esse contexto as afasta da escola, mas as vivências adquiridas ao longo da vida acabam moldando os caminhos que trilharão. Após alguns anos, muitos desses indivíduos decidem retornar aos estudos. Para atender a essa demanda, o Estado — em seu papel de provedor — instituiu a Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecida prioritariamente no turno noturno. Isso permite que o adulto concilie o trabalho com a necessidade de evoluir social e intelectualmente.

A modalidade está presente tanto em áreas urbanas quanto rurais. No entanto, o programa costuma ser padronizado, muitas vezes ignorando as diferentes realidades, idades e ritmos de aprendizagem. Cada aluno traz consigo uma bagagem única, moldada por sua inserção familiar, profissional e social. Quando o docente valoriza esse conhecimento de mundo e utiliza propostas didáticas relacionadas à área de atuação do estudante, o aprendizado torna-se mais receptivo e imediato, transformando a curiosidade do aluno em uma sequência didática eficiente.

Educar jovens e adultos não é um ato apenas de ensino – aprendizagem é a construção de uma perspectiva de mudança, quando mudamos o pensamento do aluno subordinado ele passa a se revoltar contra aqueles que o oprimiram. Freire (1991). Ainda segundo o autor, sua ação, como agente da mudança, teria na estrutura social seu objeto. A estrutura social certamente não existe sem os homens que, tanto como ele, estão nela. Assim, reconhecer-se como o “agente da mudança” atribui a si a exclusividade da ação transformadora que, sem dúvida, numa

concepção humanista, cabe também aos demais homens realizar. Se sua opção é pela humanização, não pode então aceitar que seja o “agente da mudança”, mas um de seus agentes.

Para o aluno não alfabetizado, o saber é sensível e intrínseco ao cotidiano. Infelizmente, o Estado muitas vezes negligencia esses estudantes, tratando-os como casos perdidos. No entanto, não existe 'tempo perdido' para o ser humano que deseja aprender. O processo de ensino-aprendizagem é contínuo, extenso e flexível; não há uma idade certa para o conhecimento, pois todo tempo é tempo de aprender.

A prática didático-pedagógica e as metodologias aplicadas à EJA devem convergir com as especificidades desta modalidade. O 'pensar e fazer' educativo, no âmbito dos sistemas de ensino, exige um compromisso diretamente vinculado a estratégias avaliativas construídas para — e a partir de — as histórias de vida desses sujeitos. Para a realização desta pesquisa, foram selecionados 18 participantes, identificados no Quadro 1 abaixo por meio de um sistema alfanumérico, visando preservar suas identidades e organizar a análise dos dados.

Quadro 01. Sujeitos da Pesquisa

NOME	PROFISSÃO	SEXO	ESTADO CIVIL	IDADE
1. A	Desempregada	Feminino	União Estável	18
2. B	Atendente	Feminino	Casada	19
3. C	Ajudante	Feminino	Solteira	18
4. D	Dona de casa	Feminino	União Estável	27
5. E	Desempregada	Feminino	Solteira	26
6. F	Caminhoneiro	Masculino	Solteiro	18
7. G	Pintor	Masculino	Solteiro	19
8. H	Caminhoneiro	Masculino	Solteiro	18
9. I	Diarista	Meminino	Solteiro	39
10.J	Trabalho em mercado	Masculino	Solteiro	17
11.K	Desempregado	Masculino	Solteiro	17
12.L	Desempregado	Masculino	Solteiro	17
13.M	Desempregado	Masculino	Casado	17

14.N	Serviços gerais	Feminino	Solteira	18
15.O	Ajudante de pedreiro	Masculino	Solteiro	18
16.P	Servente de limpeza	Masculino	Casado	55
17.Q	Pintor	Masculino	Solteiro	16
18.R	Auxiliar de lavanderia	Masculino	Solteiro	30

Fonte: Elaborado pela autora, (2025)

A análise do Quadro 01 revela um grupo heterogêneo, mas que compartilha marcas sociais profundas, típicas da modalidade EJA. A sala de aula é composta por 18 sujeitos, dos quais a maioria (66%) é do sexo masculino. No que tange ao estado civil, há uma predominância de solteiros (13 sujeitos), seguidos por casados e pessoas em união estável, o que indica uma composição de jovens que ainda estão iniciando suas trajetórias familiares ou que já assumiram responsabilidades domésticas precocemente.

Um ponto de destaque é a faixa etária. Embora a EJA seja historicamente associada ao público idoso, os dados mostram um forte juvenização. 72% dos entrevistados têm entre 16 e 19 anos. Isso sugere uma migração do ensino regular para a EJA, possivelmente devido à necessidade de conciliar estudo e trabalho. Em contrapartida, observa-se a presença de alunos mais velhos, como o sujeito P (55 anos) e o sujeito I (39 anos), reforçando que a sala de aula da EJA é um espaço intergeracional onde diferentes experiências de vida se cruzam.

No que diz respeito à situação profissional, o perfil reflete a precarização do trabalho: Desemprego: Cerca de 33% dos sujeitos declararam-se desempregados, o que evidencia a busca pela escolarização como uma tentativa de inserção no mercado de trabalho. Subalternidade e Informalidade: Entre os que trabalham, predominam ocupações de baixa qualificação e alta exigência física, como ajudantes, diaristas, serventes e auxiliares.

Gênero e Trabalho: Nota-se que as funções femininas estão ligadas ao cuidado e serviços domésticos (dona de casa, diarista), enquanto as masculinas ligam-se à força física (pintor, caminhoneiro, ajudante de pedreiro).

Os dados confirmam que os sujeitos desta pesquisa são trabalhadores (ou buscadores de emprego) que trazem para a escola uma bagagem de responsabilidades adultas, mesmo quando ainda são cronologicamente jovens. A escola, portanto, não é apenas um local de alfabetização, mas um espaço de resistência para indivíduos que enfrentam o desafio de evoluir socialmente em um cenário de escassez de recursos e oportunidades.

3.5- Instrumentos de Coleta e Análise de Dados

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Dizia Lênin (1965) que "o método é a alma da teoria" (p. 148), distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, com foco descritivo sobre o perfil e as percepções dos discentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A coleta de dados foi realizada seguindo as etapas descritas abaixo:

Para o levantamento das informações apresentadas no Quadro 01, foram utilizadas as seguintes técnicas:

- Pesquisa Documental: Inicialmente, realizou-se uma consulta aos registros escolares (diários de classe e fichas de matrícula) para a caracterização inicial dos sujeitos (idade e estado civil).
- Questionário Socioeconômico: Foi aplicado um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas para identificar a situação profissional e a história de vida dos estudantes. Essa ferramenta permitiu captar o "saber sensível e cotidiano" que os alunos trazem para o ambiente escolar.

- Observação Participante: Durante as atividades em sala de aula, foram observadas as dinâmicas de ensino-aprendizagem, o que auxiliou na compreensão da relação entre a prática didática e a realidade de cada aluno.

O universo da pesquisa foi composto por 18 alunos da Escola Immanuel Kant. Visando garantir o anonimato e a integridade ética dos participantes, utilizou-se um sistema alfanumérico (identificando-os por letras de A a R), conforme preconizam as normas de ética em pesquisa com seres humanos. Os dados coletados foram organizados de forma sistemática para permitir uma análise categorial. Isso significa que as informações foram agrupadas por eixos temáticos (idade, profissão e gênero), facilitando a identificação de padrões, como o fenômeno da "juvenização" da EJA e a forte presença da informalidade laboral entre os estudantes.

SEÇÃO IV

MAPEAMENTO SOBRE MEIO AMBIENTE E NATUREZA E A EJA

Foi realizado um levantamento bibliográfico no banco de dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM), no período de 2017 a 2022, da Universidade Federal do Acre (UFAC) onde foram selecionadas cinco produções correlatas à Educação Ambiental (EA). As obras foram analisadas quanto aos seus objetivos, metodologias, referenciais e produtos educacionais, conforme sintetizado.

Inicialmente foi feita uma pesquisa no banco das dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM) encontrando cinco dissertações relacionadas ao tema educação ambiental. Depois de encontradas foi feito o *download* das dissertações sendo realizada uma observação, descrição, compreensão e análise para o projeto para o melhor entendimento. Desse modo, foram analisamos: Título, autor e ano, Dissertação, problema e questão da pesquisa, objetivos, metodologia, participantes e instrumentos de construção de dados, cidade e localidade, referencial, principais resultados e produto educacional.

A primeira dissertação “A Problemática Como Uma Metodologia De Ensino e Aprendizagem Para a Educação Ambiental: um Olhar Sobre as Concepções Dos Educadores De Ciências Da Natureza Do Ensino Médio”, autor e ano Ana Emylli Da Silva Nascimento (2021), Dissertação – Mestrado Profissional em Ensino de Ciências E Matemática, problema e questão a Educação Ambiental a partir da Problemática é um mecanismo importante para a formação de nossos educandos como cidadãos, podendo ser um instrumento que os aproxima de sua realidade, fazendo com que os mesmos possam interagir e evoluir no processo de aprendizagem com a tecnologia, a realidade social e o meio ambiente.

Sendo o objetivo geral: Identificar se os educadores fazem uso da Problemática com o método do Arco de Maguerez como estratégia metodológica na Educação Ambiental do Ensino Médio. E os objetivos específicos Analisar as

competências e habilidades relacionadas a Metodologia da Problemática no Ensino de Ciências da Natureza presentes do Ensino Médio; Identificar se os docentes usam a Metodologia da Problemática para abordagem de temáticas ambientais no Ensino Médio; Descrever as etapas e características da Metodologia da Problemática com o Arco de Maguerez, buscando compreender seu uso na abordagem da Educação Ambiental no Ensino médio; Elaborar uma sequência didática com orientações a partir do uso da Problemática com o Arco de Maguerez voltado para a Educação Ambiental no Ensino Médio.

A metodologia os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, analisadas através do método da Análise Textual Discursiva (ATD). Na categorização e análise dos dados, os elementos se fundamentaram através da pesquisa por fragmentos sobre a utilização das etapas do método do Arco pelos educadores em suas metodologias de ensino.

Os instrumentos de coleta de dados da pesquisa foram realizados através de roteiro de entrevistas, com questionário semiestruturado e Escolas estaduais localizadas na capital, Rio Branco – Acre.

Referencial teórico Freire (1979, 1980, 1993, 1996, 2000, 2014, 2015), Berbel (1995, 1996, 1998, 1999, 2007, 2011, 2012) e Bordenave e Pereira (2008), Vasconcelos (2010), Leff (2010), Sato (2002), Guimarães (1995), Loureiro (2009, 2012), Maturana (2011), entre outros.

Os resultados obtidos permitiram compreender que a aplicabilidade de temáticas ambientais é realizada principalmente em projeto escolares, levando em consideração a agregação dos temas transversais ambientais, conhecimentos prévios, a realidade social e ambiental. Outro aspecto salientado pelos educadores, é que exercícios, seminários, aulas práticas, debates e palestras são recursos que os educadores utilizam para a assimilação dos conteúdos e aplicação da realidade.

Como produto educacional metodologias ativas para a contribuição inovadora nos métodos de ensino da Educação Ambiental voltado para a regionalização como componente curricular e também para ação da sustentabilidade dos educandos.

A segunda pesquisa cujo título “Educação De Jovens E Adultos: As Representações Sociais Sobre O Meio Ambiente/Natureza”, autor e ano Luciano

Santos De Farias (2022). Dissertação – Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, problema e questão da pesquisa De que forma as representações sociais dos sujeitos da pesquisa, sobre meio ambiente e natureza, poderão instigar a proposição de ações de ensino que auxiliem os professores da EJA no sentido de transformarem as visões de mundo desses sujeitos?

O objetivo geral: analisar as representações sociais sobre meio ambiente e natureza dos alunos da EJA I de uma escola estadual no município de Rio Branco, Acre, na perspectiva dos referenciais teórico-metodológicos de Reigota, Tamaio e Moscovici.

Os objetivos específicos: Descrever as categorias de classificação das representações expressas sobre meio ambiente e natureza, identificar as representações sociais dos alunos da EJA em relação a meio ambiente e a natureza; Elaborar um produto educacional de cunho intervencionista para contribuir na formação de professores da EJA I no sentido de proporcionarem a seus alunos uma melhor compreensão e significação sobre o meio ambiente e a natureza.

Já a metodologia utilizou-se a técnica da produção de desenhos livres para a evocação “natural” das representações destes sujeitos. Os dados foram analisados na perspectiva metodológica qualitativa. As representações percebidas na maior parte dos desenhos foram mais relacionadas à visão naturalista, com base na ideia de percepção do meio ambiente como um lugar harmonioso, mesmo com expressões que indicaram a presença das interferências humanas. Participantes e instrumentos escolas e os instrumentos foram as mídias digitais.

Referencial teórico (Dias Sobrinho, 2000), (Martins, 2006), (Freire, 1980), (Gil, 2010), (Thiollent, 2009), (Farias, 2019), (Penteado E Garrido, 2010) e entre outros.

Principais resultados as representações percebidas na maior parte dos desenhos foram mais relacionadas à visão naturalista, com base na ideia de percepção do meio ambiente como um lugar harmonioso, mesmo com expressões que indicaram a presença das interferências humanas. Sendo o produto educacional um livreto.

A terceira tem como título “Experiência Sobre A Construção Do Conhecimento Em Educação Ambiental, Em Uma Escola De Ensino Médio De Sena Madureira, Acre” autor e ano Ricardo Ferreira De Lira – 2018, dissertação – Mestrado Profissional em Ensino de Ciências E Matemática.

O problema e questão da pesquisa quais consequências derivam da ausência de aplicação das orientações metodológicas para a educação? Sendo o objetivo geral Fundamentar a colaboração do coletivo escolar e da ação de planejamento com base nas orientações metodológicas nacionais em busca de sucesso no desenvolvimento de competências e habilidades no processo de construção de conhecimentos com alunos.

Os objetivos gerais demonstrar a necessidade de utilizar o planejamento escolar e do ensino interdisciplinar segundo as orientações metodológicas vigentes; Mostrar, mediante uma experiência sobre Educação Ambiental e Saúde, a impossibilidade da construção de conhecimentos sem a contribuição do coletivo escolar.

A metodologia adotada foi Construtivismo, tradicional, nega a existência da realidade objetiva, que é tomada como construções sociais da mente humana, conseqüentemente, haveria tantas construções como indivíduos. O número de participantes foi 92 alunos e análise textual.

Localidade Rio Branco, Acre, referencial teórico (Foreque, 2018), (Rodrigues, 2018a), (Lafetá, 2018). (Júnior, 2018), (Melo, 2018a), (goldemberg, 1993) e entre outros. Sendo os principais resultados Revelam uma preocupante pobreza nas expressões de comunicação escrita, carentes das habilidades gramaticais e da integração de partes na produção de um texto com sentido amplo sobre o assunto Meio Ambiente e Saúde. Há abundantes erros de português tanto ortográficos quanto semânticos e sintáticos.

O produto educacional derivado desta pesquisa terá o formato de um livro, com uma revisão e uma releitura das orientações metodológicas para o Ensino Médio, com o propósito de tirá-las do papel e colocá-las em execução, incentivando a participação ativa dos professores e gestores escolares em cursos desenhados para a elaboração, construtiva, do planejamento escolar a partir do Projeto Político Pedagógico, a estrutura e função dos Coletivos Pedagógicos, o planejamento e a

realização de aulas interdisciplinares contextualizadas, a introdução da transversalidade.

A quarta dissertação título Educação Ambiental: concepções dos professores de Ensino Fundamental e a abordagem da temática em salas de aula. Autora Camila Almeida da Silva e ano 2017 dissertação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática. O problema e questão da pesquisa quais concepções os professores dos anos iniciais do ensino fundamental apresentam para a expressão “Educação Ambiental”?

O objetivo geral foi identificar quais concepções os professores dos anos iniciais do ensino fundamental apresentam para a expressão “Educação Ambiental”?

Os objetivos específicos: quais concepções professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental?; Qual relevância dada por esses professores, quando da abordagem de conteúdos relacionados à educação ambiental?; De que forma as concepções e as práticas pedagógicas relatadas explicitam a importância do tema, em relação à problematização de questões socioambientais atuais?

A metodologia qualitativa com a utilização de tabelas e gráficos com indicação numérica, para possibilitar o estudo dos sujeitos. Os participantes foram os professores do ensino fundamental. Os instrumentos de coletas de dados um questionário semiestruturado composto por perguntas abertas, na cidade de Rio Branco- Acre.

O referencial teórico foram as dissertações teses de Carvalho (2004), Guimarães (2004), Pelicione (2007, 2000), Layrargues (2009, 2004 e 2005) e Loureiro (2007, 2004 e 2005) e Loureiro (2007 e 2004). Os resultados da análise sinalizaram que os professores participantes da pesquisa, desde a formação inicial para docentes, tiveram acesso à tendência conservadora/comportamentalista da Educação Ambiental, o que reflete em suas práticas cotidianas de sala de aula. Sem consciência de que reproduzem uma Educação Ambiental diferente da estabelecida nos importantes encontros que originaram tal processo de ensino, os professores dão forma a práticas pedagógicas com viés ecológico-conservacionista abrindo mão dos problemas sociais.

O produto da pesquisa consiste em um CD intitulado “EDUCAÇÃO AMBIENTAL: concepções dos professores de ensino fundamental e a abordagem da temática em sala de aula” contendo propostas didáticas e sugestões de textos sobre a Educação Ambiental crítica/transformadora.

A quinta pesquisa e última tem por título Educação Ambiental: Refletindo Sobre as Categorias Presentes nos Livros Didáticos de Ciências, autora e ano Jéssica Pereira de Oliveira, ano 2020. Dissertação – Mestrado Profissional em Ensino de Ciências E Matemática. Os problemas Quais as macrotendências de Educação Ambiental presentes no livro didático, sequência didática e plano de aula mensal no ensino fundamental II, em Ciências, em uma escola pública e uma escola privada de Rio Branco?

O Objetivo Geral: É analisar de que maneira ocorre a aprendizagem por meio dos livros didáticos de Ciências em relação ao conteúdo de Educação Ambiental. Já os Objetivos Específicos: Identificar as macrotendências de Educação Ambiental presentes nos livros didáticos de Ciências; Descrever como as macrotendências de Educação Ambiental estão presentes nos livros didáticos de Ciências; Verificar e registrar como ocorre a Educação Ambiental no Ensino Fundamental II; Organizar um produto educacional com propostas de atividades alternativas para o desenvolvimento das macrotendências da Educação Ambiental;

A metodologia uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada direcionada por um estudo com objetivo exploratório onde foram analisados o conteúdo dos livros de ciências dos 6º e 7º anos utilizados nos anos de 2018 e 2019 em uma escola da rede pública e uma escola da rede privada de Rio Branco – Acre e análise de caso da prática pedagógica da professora pesquisadora a partir dos seus recursos pedagógicos: sequências didáticas e agendas pedagógicas relacionadas ao conteúdo de Educação Ambiental.

Os participante e instrumentos de pesquisa Livros didáticos e sequências didáticas. Os referenciais (Sobrinho, 2009); (Guerra e Gusmão, 2004); (Jacobi, 2003); (Vygotsky, 2003); (Schroeder; Ferrari; Maestrelli, 2009); (Lima, 2014); ((Pott; Estrela, 2017); (Goldemberg; Barbosa, 2004); (Dias,2004); (Hogam, 2007); (Guimarães, 1995) entre outros.

Os principais resultados o uso do livro didático apesar de muitas vezes ser caracterizado como um recurso irrelevante ainda é um dos primeiros instrumentos o qual o aluno terá contato e a percepção ainda que subliminar das dimensões que permeiam a EA, podendo ser potencializado desde que o professor tenha subsídios adequados para promover discussões acerca de uma EA crítica e consequentemente transformadora.

O produto educacional material no formato de E-book com o intuito de reunir propostas de atividades que podem ser desenvolvidas pelo professor afim de abordar as macrotendências em torno da Educação Ambiental, como: utilização de vídeos, atividades de baixo custo e sugestões de projetos interdisciplinares.

A partir das leituras e análises feitas nas dissertações Ana Emylli da Silva (2021), Luciano Santos de Farias (2022), Ricardo Ferreira de Lira (2018), Meireelem Santos Vieira Péres de carvalho (2020), Jéssica Pereira de Oliveira (2020). A análise permitiu identificar contribuições significativas para o estudo do Meio Ambiente e da Natureza, especialmente no que tange à flexibilidade metodológica. Verificou-se a viabilidade de estratégias alternativas, como o uso do quadro branco e pincel na ausência de recursos tecnológicos (data-show). Essa adaptabilidade é fundamental para consolidar referências metodológicas resilientes, capazes de garantir a continuidade do ensino independentemente das ferramentas disponíveis.

Observou-se, nas dissertações analisadas, a expectativa de um engajamento ativo por parte dos sujeitos da pesquisa. No que concerne aos Produtos Educacionais, predominou a elaboração de materiais instrucionais — tais como manuais, protocolos e roteiros de processos educativos — voltados à orientação docente para o trabalho com a temática ambiental. Notou-se que nas pesquisas, os autores mais referenciados foram: Loureiro (2016), Carvalho (2001) e Paulo Freire (1991).

A dissertação da Ana Emylli da Silva, Ricardo Ferreira de Lira e Meireelem Santos Vieira Péres de carvalho usaram o termo educação ambiental inovando com uma sequência didática. A dissertação do Luciano Santos de Farias este menciona somente meio ambiente e natureza raramente utilizou-se o termo educação ambiental.

Durante a pesquisa das dissertações do MPECIM os autores utilizaram o termo “Sustentável” e usavam a sigla “EA”. Somente a dissertação da Jéssica Pereira de Oliveira (2020), referiu a educação ambiental. O desenvolvimento das pesquisas ocorreu em escolas públicas, nos Ensino Fundamental e Médio, como forma de obterem dados para suas dissertações. As dissertações foram escolhidas do MPECIM por se apresentarem mais próxima da nossa região e quanto ao meio ambiente.

Dessa forma, esta pesquisa auxilia a conhecer os pensamentos regionais para que possa saber o que encontrar tanto dos alunos quanto dos professores.

SEÇÃO V

RESULTADOS E A ANÁLISE DOS DADOS EXPRESSOS PELOS SUJEITOS

A metodologia foi qualitativa, realizamos as assinaturas dos termos, pelo gestor e alunos, mas alguns alunos recusaram-se a assinar, pois pensaram que era empréstimo bancário.

Ao responderem por qual motivo você está cursando o EJA, 55,5% informaram que é para concluir o ensino médio, o restante uns para prolongar os estudos outros por motivos pessoais. Foram apresentados somente quatro resultados, pois foram aquelas que foram mais apreciáveis.

5.1 Categorização e Análise dos Alunos da Área de Ciências

Foram analisados os desenhos de alguns alunos e foram classificados conforme a categorização de Saúve (2005). Em um mesmo desenho pode haver mais de uma corrente no desenho lembrando que as correntes. Entre as correntes que têm uma longa tradição em educação ambiental, analisaremos as seguintes/ a corrente naturalista/ a corrente conservacionista/recursista/ a corrente resolutiva/ a corrente sistêmica/ a corrente científica/ a corrente humanista/ a corrente moral/ética. Entre as correntes mais recentes: a corrente holística/ a corrente biorregionalista/ a corrente praxica/ a corrente crítica/ a corrente feminista/ a corrente etnográfica/ a corrente da eco-educação/ a corrente da sustentabilidade.

Cada uma das correntes será apresentada em função dos seguintes parâmetros: a concepção dominante do meio ambiente; a intenção central da educação ambiental; os enfoques privilegiados; exemplo(s) de estratégia(s) ou de modelos(s) que ilustra(m) a corrente.

Finalmente esta sistematização deve ser vista como uma proposta teórica e será vantajoso que seja objeto de discussões críticas. Em cada desenho será analisado a forma como o aluno desenhou o que representa a arte que ele fez sobre meio ambiente o que ele pensa com isso abaixo será explanado sobre cada

imagem. Além disso, relacionado as diversas correntes de saue sobre meio ambiente e natureza.

Lembrando que muitos relacionam meio ambiente apenas as arvores, pois não é bem assim já o conceito de meio ambiente é amplo. Pois, o meio ambiente é o qual você vive e se sente bem consigo mesmo.

FIGURA I : Árvores e Passáros



Fonte: Arquivo da autora (2025)

Percebe-se que a figura 1 trabalha a conservacionista/reducionista que são expressões centradas na conservação de recursos naturais, ou seja, na preservação do meio ambiente. O aluno 18R na sua visão o meio ambiente são arvores mato e campo e passaros observando que não existe nenhum ser humano como se o ser humano presente já não fizesse parte da natureza. É preciso destacar que ele coloca flores e um campo, mas ele não destacou de verde além do mais para os

pássaros entra como pano de fundo.

Figura II: Natureza e casas



Fonte: Arquivo da autora, (2025).

Na figura 2 está na naturalista centrada na relação homem natureza. Para o aluno 8H destacou aspecto que o ser humano habita neste meio que o desenho de uma casa em um campo e o poço havendo uma contradição pois há um lago. Logo ser humano não precisaria de água logo tão perto e arvores parece mais estilo “jardim do Edem” em que há maçãs na arvore provando o desconhecimento da nossa regiao.

Figura III: Árvore e casa.



Fonte: Arquivo da autora, (2025).

Na figura 3 está na naturalista centrada na relação homem natureza. Neste desenho houve o desenho do sol como o centro e as casas mais não há a presença do homem. Ainda observa-se a presença de coqueiros misturado com arvores típico da região nordeste havendo um campo verde.

Figura IV: Árvore e Casa



Fonte: Arquivo da autora, (2025).

Na figura 4 está na naturalista centrada na relação homem natureza o ser humano é compreendido como **parte integrante da natureza**, e não como alguém separado ou superior a ela. O aluno desenvolveu o desenho em que aparece passaros e arvores simbolizando em que o ser humano habitando e o sol como centro.

Aplicação do produto educacional no terceiro segmento da etapa um da EJA. Em 24 de março houve apresentação do conteúdo na aula de educação física houve uma breve introdução apresentando o contexto histórico sobre meio ambiente a partir da revolução industrial.

Logo após, acordos internacionais, tipos de ambientes e categorias de meios ambientes segundo saue muitos alunos faziam falas durante a apresentação dos desenhos este ai é meu desenho.

Muitos deles percebiam que o que haviam colocado dentro do papel eram parte dos seus proprios desenhos conforme apresentado por saue

Logo após foi entregue o folder abaixo.

Imagem V: ministrando o curso



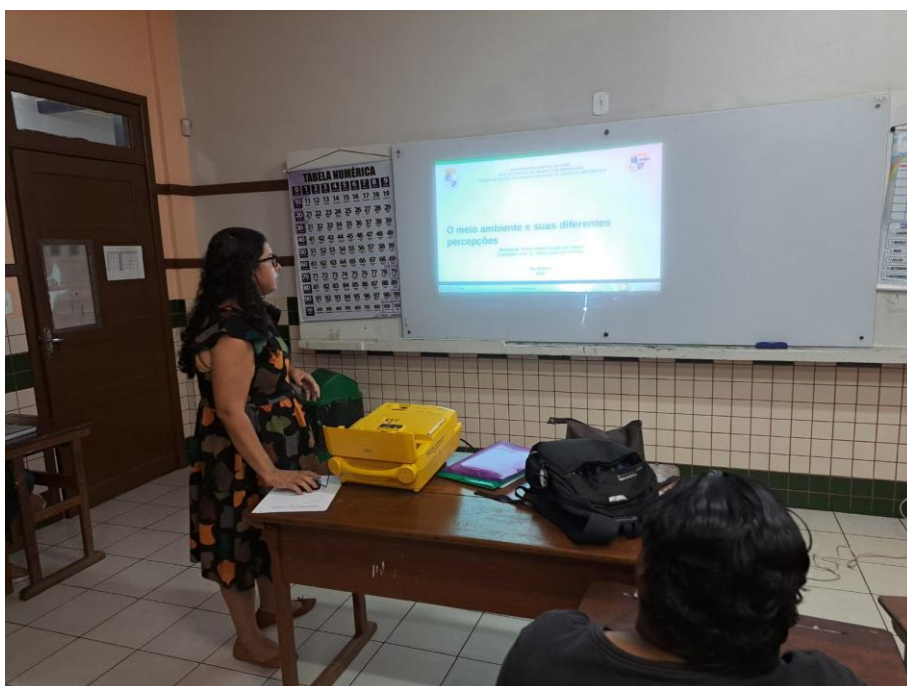
Fonte: Arquivo da autora, (2025)

Imagem VI: ministrando o curso



Fonte: Arquivo da autora, (2025)

Imagem VII: ministrando o curso



Fonte: Arquivo da autora, (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre o meio ambiente, é crucial reconhecer que estamos todos interligados a ele e que nossas ações têm um impacto direto em sua saúde e vitalidade. O meio ambiente é um sistema complexo e interligado, no qual todas as formas de vida estão intimamente interconectadas. As ações que afetam uma parte do meio ambiente podem ter repercussões em todo o sistema.

Em última análise, proteger o meio ambiente não é apenas uma questão de preservar a beleza natural do nosso planeta, mas também uma questão de sobrevivência e bem-estar para todas as formas de vida que nele habitam, incluindo nós, seres humanos. É um chamado à ação para todos nós assumirmos a responsabilidade de sermos bons guardiões da terra para as gerações presentes e futuras.

Dessa forma, a trajetória da educação e da questão ambiental no Brasil, e especificamente no Acre, revela um campo de constantes tensões e transformações. Partindo de um passado colonial e produtor de desigualdades, o ensino brasileiro evoluiu para a busca de uma prática libertadora, enquanto a consciência ambiental transitou de uma visão utilitarista para a necessidade urgente de uma perspectiva crítica e emancipatória. No contexto acreano, essa evolução ganha contornos de resistência, unindo o saber ancestral à luta política pelo território e pela vida, simbolizada pelo legado de Chico Mendes.

Minha própria jornada — da alfabetização tardia e das dificuldades familiares à superação por meio da educação e da resiliência diante do diagnóstico de Transtorno Afetivo Bipolar — reflete a realidade de muitos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade de ensino não é apenas um espaço de instrução técnica, mas um território de acolhimento e de reconstrução de identidades para sujeitos que, muitas vezes, foram marginalizados pelo sistema educacional tradicional.

A presente pesquisa fundamenta-se na convicção de que o ensino de Ciências, em especial a Química, deve transcender a transmissão de fórmulas para

se tornar um instrumento de leitura de mundo. Ao investigar as representações sociais dos alunos da EJA em Rio Branco sobre Meio Ambiente e Natureza, busca-se compreender como seus conhecimentos prévios e vivências podem ser o alicerce para uma Educação Ambiental Crítica.

Espera-se que a elaboração do produto educacional aqui proposto não apenas capacite docentes, mas promova uma prática pedagógica interdisciplinar e transversal. O objetivo final é que os estudantes da EJA reconheçam-se como parte integrante do ecossistema e agentes transformadores de sua realidade, garantindo que o direito ao meio ambiente equilibrado e à educação plena deixe de ser apenas um preceito constitucional para se tornar uma prática vivida e consciente no coração da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ACRE. Coletânea de normas para a educação básica: legislação estadual: normas, resoluções, deliberações e pareceres do conselho estadual de educação do Acre. Rio Branco: SEE, 2002.

ALVES, Henrique Vitorino Souza, 1982, Urbanização Contemporânea: uma contribuição para o estudo das cidades/ Henrique Vitorino Souza Alves - 2013.

Barcelos, Valdo **Educação Ambiental**: sobre princípios metodologias e atitudes/ Valdo Barcelos. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (coleção Educação Ambiental)

BIGOTTO, A. C. Educação Ambiental e o Desenvolvimento de Atividades de Ensino na Escola Pública. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo Disponível 2008. São Paulo. em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-15204.php> . Acesso em: 19 jul. 2018.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R. e BRANCO, A. B. G. A Abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Revista Nuances**: estudos sobre educação, v. 29, n. 1, p.185-203, 2018.

BRASIL. **Constituição 1988**. (Constituição da República Federativa do Brasil). Brasília. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Seção 1, p.16509. Disponível em: <http://planalto.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição (1934) Constituição** da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, **1934**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao34.htm>.

CARVALHO, I. C. de M. **A Invenção Ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CASCINO, F. **Educação Ambiental**: princípios, história, formação de professores. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CASTRO, R. S. (orgs). **Sociedade e Meio ambiente**: a educação ambiental em debate, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

complexa. **Revista de Educação Pública**, Mato Grosso v.6, n.10, p.72-103,

DIAS, G. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2013.

Disponível //www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/ R0145-2.pdf. Acesso em mar. 2022.

Disponível em: Descobrimento do Brasil: resumo, data, quem descobriu - História do Mundo. Acesso em: 21 abr. 2024

FARIAS, Luciano Santos de. Educação de Jovens e Adultos: as representações sociais sobre o meio ambiente/natureza. 2022, 101f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) - Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ensino de Ciências e Matemática – MPECIM, Fundação Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco, 2022.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, C. W. P. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 7 ed. Campinas Papirus, 2005,

GUIMARÃES, M. **A Formação de Educadores Ambientais**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

JUSTEN, L. M. **Trajetórias de um Grupo Interinstitucional em um Programa de Formação de Educadores Ambientais no Estado do Paraná (1997-2002)**. Educar em Revista, Curitiba, n. 27, p. 129-145, jan/jun, 2006.

LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J. S.(Org.). **Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente**. 2. ed. Brasília: Ibama, 2002. p. 161-198.

LIMA, G. F. da C. Formação e dinâmica do campo da educação Ambiental no Brasil: emergência, identidades e desafios. Campinas: Unicamp. **Tese (Doutorado em Educação)**, 2005.

LIMA, G. F. da C. Formação e dinâmica do campo da educação Ambiental no Brasil: emergência, identidades e desafios. Campinas: Unicamp. **Tese (Doutorado em Educação)**, 2005.

LOUREIRO, C. F. Alguns Apontamentos Sobre a Educação Ambiental no Brasil. In: GRACA, G. C.; MIRANDA, J. L.; LOUREIRO, C. F. e TORRES, J. R. **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Cortez, 2016.

Luta de Chico Mendes permanece viva nos 80 anos de seu nascimento | Agência Brasil

M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). **Educação Ambiental: pesquisas e desafios**.

MACHADO, A.R., CRISTÓVÃO, V.L.L. **A Construção de Modelos Didáticos de Gêneros**: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. linguagem em discurso - lemd, tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, set./dez. 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRANDA, J. L.; SILVA, F. G. O.; ALMEIDA, C. D. E GERPE, R. L. O Antropoceno, a Educacao Ambiental e o Ensino de Quimica. **Revista Virtual de Química**, v. 10, n. 6, 2018.

PENTEADO, Heloísa Dupas **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez 2000 (Coleção Questões da Nossa Época ; v. 38)

Pesquisa, São Paulo. v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005a.

Porto Alegre, RS: Artmed, p. 17-46, 2005b.

REIGOTA, Marcos (org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

REIGOTA, Marcos **Meio e Representação Social** São Paulo, Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 41).

RICHARDSON, Roberto J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, B. C. D. e FERREIRA, M. **Contextualização Como Princípio para o Ensino de Química no Âmbito de um Curso de Educação Popular**. Experiências em Ensino de Ciências v., 13, 2018.

SAUVÈ, L. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise

SAUVÈ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e**

SAUVÈ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO,

Secretaria Estadual de educação, Acre **Eixo X - Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional**. (2013)

Secretaria Estadual do Meio Ambiente **LEGIS: Portal da Legislação do Estado do Acre 1994**

SILVA, Wilker Solidade. Horizontes - **Revista de Educação**, Dourados, n.3, v2, janeiro a junho de 2014. Disponível em: file:///C:/Users/deni9/Downloads/tairo,+9%20(2).pdf . Acesso em 12 dezembro de 2022.

ZABALA, A. - **A Prática Educativa: Como Ensinar**. Porto Alegre, Artmed, 1998.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE- UFAC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO- PROPEG
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (gestor)

Eu,.....gestor
(a) da Escola de Ensino Fundamental e Médio Immanuel Kant no município de Rio Branco, Acre, concordo livremente em que a pesquisa seja desenvolvida nesta escola, sob a coordenação do prof. Dr. Pierre André Garcia Pires e da mestrandia Bruna Cristina Borges dos Santos.

Declaro estar ciente que o material produzido, por ocasião dessa pesquisa deverá ser liberada por mim, de que o (a) mesmo (a) será utilizando para divulgação científica e publicações na área da Educação/Educação em Ciências, eventos de natureza acadêmica, sendo a mim garantindo o sigilo de identidade.

Reconheço que estou adequadamente informado(a) e esclarecido(a) sobre os procedimentos que serão utilizados no decorrer deste estudo, bem como sobre os riscos e desconfortos, confidencialidade da pesquisa, concordando em participar e, estando ciente não poderei requerer qualquer ônus pela participação e/ou liberação de materiais produzidos.

Declaro ainda que me foi garantido o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso resulte em qualquer penalidade. Por fim, declaro ter recebido uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Rio Branco/AC, _____, de _____ de _____.

ASSINATURA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE- UFAC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO- PROPEG
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (gestor)

Eu,.....gestor (a) da Escola de Ensino Fundamental e Médio Immanuel Kant no município de Rio Branco, Acre, concordo livremente em que a pesquisa seja desenvolvida nesta escola, sob a coordenação do prof. Dr. Pierre André Garcia Pires e do mestrandu Bruna Cristina Borges dos Santos.

Declaro estar ciente que o material produzido, por ocasião dessa pesquisa deverá ser liberada por mim, de que o (a) mesmo (a) será utilizado para divulgação científica e publicações na área da Educação/Educação em Ciências, eventos de natureza acadêmica, sendo a mim garantindo o sigilo de identidade.

Reconheço que estou adequadamente informado(a) e esclarecido(a) sobre os procedimentos que serão utilizados no decorrer deste estudo, bem como sobre os riscos e desconfortos, confidencialidade da pesquisa, concordando em participar e, estando ciente não poderei requerer qualquer ônus pela participação e/ou liberação de materiais produzidos.

Declaro ainda que me foi garantido o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso resulte em qualquer penalidade. Por fim, declaro ter recebido uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Rio Branco/AC, _____, de _____ de _____.

ASSINATURA

**QUESTIONÁRIO PARA O PROJETO DE DISSERTAÇÃO “O MEIO AMBIENTE E A
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA
DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO- ACRE”**

1. QUAL SUA PROFISSÃO ?

2. QUAL SEU SEXO?

3. QUAL SEU ESTADO CIVIL?

4. QUAL SUA IDADE?

5. POR QUE MOTIVO OS LEVARAM AO RETORNAREM AO ESTUDO?

6. POR QUAL MOTIVO VOCÊ ESTÁ FAZENDO O EJA ?

7. FAÇA UM DESENHO REPRESENTANDO O MEIO AMBIENTE ABAIXO ?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE- UFAC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO- PROPEG
DIRETORIA DE PESQUISA
APÊNDICE C
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (aluno)

Através desse termo, você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a) da pesquisa intitulada: “O Meio Ambiente E A Educação De Jovens E Adultos: Percepções De Estudantes Da Eja De Uma Escola Do Município De Rio Branco-Acre” que resultará na elaboração de dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal do Acre, coordenado pelo prof. Dr. Pierre André Garcia Pires, do Centro de Educação Letras e Artes- CELA/UFAC. Se você concorda em participar, favor assinar a declaração, que compõe a última página desse documento. Esclarecemos que sua participação não é obrigatória e que, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e solicitar a anulação de seu consentimento. Por fim, lembramos que a recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição a qual encontra-se vinculado. Este termo ficará com você e que nele encontrará o telefone e o endereço do pesquisador prof. Dr. Pierre André Garcia Pires e do mestranda Bruna Cristina Borges dos Santos, para que se necessário, a qualquer tempo, você possa tirar dúvidas sobre sua participação.

OBJETIVO:

Investigar o processo de ensino aprendizagem sobre meio ambiente na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos;

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO:

Caso concorde em participar você deverá autorizar a utilização dos materiais produzidos durante a entrevista e a elaboração de desenhos sobre meio ambiente e natureza.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE:

No que diz respeito a custos, importa destacar que os sujeitos de pesquisa não arcarão com nenhum gasto decorrente de sua participação. Por outro lado, deixa-se claro também que, não receberão qualquer tipo de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:

Os pesquisadores, responsáveis por este estudo, garantem o sigilo das informações obtidas de forma a assegurar a privacidade dos envolvidos quando do tratamento dos dados coletados assegurando também que somente serão divulgados os dados que estiverem diretamente relacionados com os objetivos desse estudo.

ASSINATURA DOS PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Pierre André Garcia Pires

Mestranda Bruna Cristina Borges dos Santos

Aluno

Pesquisador: Pierre André Garcia Pires - Endereço: Rua São Damião, nº 113- Rio Branco- Acre Telefone: (0XX68) 9999-5995 e-mail: pierreufac@gmail.com
Pesquisadora: Bruna Cristina Borges dos Santos - Endereço: Rua Raimundo Melo número 88, Bairro: Conjunto Esperança- Rio Branco- Acre Telefone: (0XX68) 99203-5573 e-mail: